

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

**INTEGRAÇÃO ECONÔMICA NA UNASUL:
É POSSÍVEL A ADOPTAR UMA MOEDA ÚNICA?**

GABRIEL GÖRGEN NUNES

Orientador: Professor Dr. Fernando Ferrari Filho

PORTO ALEGRE

2011

GABRIEL GÖRGEN NUNES

**INTEGRAÇÃO ECONÔMICA NA UNASUL:
É POSSÍVEL ADOTAR UMA MOEDA ÚNICA?**

Monografia apresentada como exigência para
obtenção do título de **Bacharel em Ciências
Econômicas**.

Orientador: Professor Dr. Fernando Ferrari Filho

PORTO ALEGRE

2011

GABRIEL GÖRGEN NUNES

**INTEGRAÇÃO ECONÔMICA NA UNASUL:
É POSSÍVEL ADOTAR UMA MOEDA ÚNICA?**

Monografia apresentada como exigência para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Econômicas**.

Aprovado em: Porto Alegre, __ de _____ de 2011.

Professor Dr. Fernando Ferrari Filho (orientador)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Professor Dr. Luiz Augusto Estrella Faria
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Professor Dr. Ricardo Dathein
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram com a elaboração da monografia, e em especial:

À minha mãe e meu irmão, pelo apoio e incentivo.

Ao professor Fernando Ferrari Filho, meu orientador, pela disponibilidade, auxílio, apoio e paciência indispensável.

Aos meus colegas de trabalho, que aguentaram meu mau humor nesse último semestre.

Muito obrigado.

RESUMO

Os processos de integração presentes na história dos países da América do Sul sempre encontraram barreiras nas grandes diversidades apresentadas pelos países da região. Mesmo assim, diversas tentativas foram realizadas gerando uma grande quantidade de acordos econômicos bilaterais e uma sobreposição de propostas e instituições com pouca efetividade. A Unasul surge como uma proposta de integração gradual que envolveria as instituições já existentes e ainda buscaria integração nas áreas sociais, energéticas e de infra-estrutura, na tentativa de estabilizar a região, tornando-a mais competitiva perante as outras nações. Apesar da atuação em áreas sociais, um dos objetivos da Unasul é a integração total da região, a partir da instauração de uma moeda única. Com auxílio da Teoria das Áreas Monetárias Ótimas, este estudo analisa as relações dos principais agregados macroeconômicos dos países integrantes do bloco e suas políticas econômicas e monetárias desde 2000, buscando encontrar uma relação convergência que pudesse indicar condições favoráveis para a integração monetária. Apesar do grande avanço apresentado nos países, os mesmo ainda não possuem condições para ingressar em uma união monetária. As assimetrias apresentadas nas tomadas de decisões econômicas de alguns países e nas divergências apresentadas nas análises dos agregados macroeconômicos, fruto principalmente da grande disparidade que os países do bloco apresentam, nos levam a concluir que atualmente a Unasul não encontra condições para a adoção de uma moeda única na região.

Palavras-chave: Unasul, América do Sul, Integração Econômica, Teoria das Áreas Monetárias Ótimas.

ABSTRACT

The integration processes present in the history of South American countries have always found barriers in the diversity presented by the countries of the region. Even so, several attempts were made creating a large amount of bilateral economic agreements and proposals and overlapping institutions with little effectiveness. Unasur emerges as a proposal that would involve the gradual integration of existing institutions and also seek to integrate in social, energy and infrastructure in an attempt to stabilize the region, making it more competitive with other nations. Despite the action in social areas, one of the objectives of Unasur is the full integration of the region, from the establishment of a single currency. With the aid of the Theory of Optimal Currency Areas, this study examines the relations of the main macroeconomic aggregates of the countries members of the bloc and its economic and monetary policies since 2000, seeking to find a convergence ratio that would indicate favorable conditions for monetary integration. Despite the great progress made, the countries still do not have the conditions for joining a monetary union. The asymmetries shown in economic decision making in some countries and the differences presented in the analysis of macroeconomic aggregates, mainly due to the great disparity that the bloc's countries have, lead us to conclude that currently the Unasur not find conditions for the adoption of a currency unique in the region.

Keywords: Unasur, South America, Economic Integration, Theory of Optimal Currency Area.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Taxa de Crescimento do PIB dos países da Unasul.....	38
Tabela 2 – Exportações Intra-regionais/Exportações Totais	40
Tabela 3 – Importações Intra-regionais/Importações Totais	40
Tabela 4 – Grau de abertura dos países da Unasul entre 1980 e 2009.	42
Tabela 5 – Taxa de Inflação Anual - Índice Geral de Preços ao Consumidor.....	44
Tabela 6 – Déficit-Superávit Público/PIB	45
Tabela 7 – Dívida Pública/PIB	46
Tabela 8 – Transações Correntes/PIB	47

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Estrutura institucional da Unasul	28
Gráfico 1 – Área e população da Unasul por país	34
Gráfico 2 – Renda per capita dos países da Unasul.....	35
Gráfico 3 – Evolução do IDH dos países da Unasul	36
Gráfico 4 – Média-Móvel do Desvio-Padrão das Taxas de Crescimento do PIB dos Países da Unasul (períodos de 10 anos)	39
Gráfico 5 – Evolução do grau de abertura das economias entre 1980 e 2009.....	41

SUMÁRIO

1	Introdução	10
2	Integração econômica e Teoria das Áreas Monetárias Ótimas	13
2.1	Aspectos Históricos da Integração Econômica na América Latina.....	15
2.2	A Teoria das Áreas Monetárias Ótimas.....	19
3	A Unasul	23
3.1	A Criação da Unasul.....	23
3.2	A Unasul e Sua Importância Regional	28
4	Análise da Unasul	34
4.1	A Unasul como uma AMO.....	36
5	Considerações Finais	48
	Referências Bibliográficas	51
	Anexos.....	55

1 INTRODUÇÃO

Integração econômica é um assunto presente nos objetivos dos países da América do Sul desde a década de 1950, quando da concepção de regionalismo econômico formulada pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal). Desde então, ocorreram diversas tentativas de integração na região, a grande maioria baseada em acordos de cooperação econômica, destacando-se a Comunidade Andina de Nações (CAN) e o Mercado Comum do Sul (Mercosul). Essas organizações, melhores exemplos de integração na região, foram criadas com os objetivos de unir a região, trazendo benefícios para os países integrantes através de acordos de livre comércio e cooperação política, para, futuramente, estabelecer uma unidade única política e economicamente entre os Estados-Membros.

Recentemente a CAN e o Mercosul têm enfrentado conflitos internos, muitos gerados pelas grandes divergências entre os países, outros frutos da inatividade política do bloco. Esses conflitos acabam colocando o futuro dessas organizações em questão, visto que tais entidades necessitam de estabilidade política e econômica para sobreviverem. Além disso, as diferenças estruturais e as divergentes decisões nos campos políticos e econômicos nos levam a questionar as motivações políticas dos países integrantes dos blocos. O enfraquecimento das duas entidades é flagrante e gera grande dúvida em relação à integração na América do Sul.

Dentro desse contexto, o surgimento da União das Nações Sul-Americanas (Unasul), criada a partir da proposta de instauração de uma zona de livre comércio entre a CAN e o Mercosul, reacende a questão de integração regional. Diferentemente dos exemplos de processos de integração na região, a Unasul surge com seus objetivos claramente voltados para cooperação social, econômica e política de toda a América do Sul, buscando a união regional em uma só unidade.

A Unasul assume rapidamente o papel de protagonista das ações regionais a partir da criação de diversas entidades nos mais diversos campos de atuação, propondo reuniões de

lideranças dos países da região para as tomadas de decisões. Prevendo, através das instituições criadas, a defesa do território sul-americano e da identidade da população local, a Unasul pretende sobrepor entidades internacionais que atuam na região, como Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial.

Além dos objetivos sociais propostos pela entidade, a questão de integração econômica e política também está presente nos seus objetivos principais. Todavia, a Unasul irá se deparar com os mesmos problemas enfrentados por CAN e Mercosul, como disparidades econômicas e estruturais e pouca vontade política dos Estados-Membros. Para contornar essas dificuldades, a organização não prevê a obrigatoriedade dos países da região a atenderem todas as normas e decisões tomadas, permitindo, assim, uma adaptação gradual à integração. Ademais, uma das questões que se sinaliza para o processo de integração na Unasul, a médio e longo prazo, é a perspectiva de se chegar a um mercado comum e, por consequência, se adotar uma moeda única na região. Nesse ponto em particular, alguns passos foram dados nessa direção a partir de iniciativas de mecanismos institucionais de integração, tanto no Mercosul quanto na CAN, tais como o Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul (FOCEM), o Banco do Sul, o Fundo Latino-Americano de Reservas (FLAR) e o Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SPML), entre outros.

Nesse sentido, objetivo principal deste estudo é averiguar, partindo da hipótese de que a integração na Unasul convirja para uma união monetária, se há condições de criação de uma moeda única na região formada pelos países da Unasul, conforme a proposição de Giambiagi (1999) de moeda única para o Mercosul, alicerçada tanto na Teoria das Áreas Monetárias Ótimas quanto na experiência da União Monetária Europeia, e na análise crítica de Ferrari Filho e Paula (2006) para a criação de uma área monetária ótima no Mercosul. Para isso, no próximo capítulo é apresentada uma exposição das mais tradicionais teorias de integração, assim como um breve histórico da integração na América do Sul, desde as primeiras tentativas na década de 1950 até os dias de hoje. No mesmo capítulo, para embasamento teórico do trabalho, é apresentado a evolução da Teoria das Áreas Monetárias Ótimas, desde a idealização de Mundell (1961) e seus aprimoramentos até as mais recentes teorias.

No capítulo 3 nosso objeto de estudo é apresentado. Inicialmente é feito um breve relato do surgimento institucional da Unasul, apresentando a evolução dos tratados e acordos firmados. Posteriormente, são apresentados exemplos de conflitos regionais, a importância regional do bloco e os principais desafios para os próximos anos.

Em seguida é feita a análise da região. A partir da análise proposta por Ferrari Filho e Paula (2006), que visa verificar a viabilidade de unificação monetária no longo prazo na região do Mercosul, foi utilizada a mesma metodologia para verificar essa possibilidade na Unasul. Todavia, devido à grande disparidade dos países da região, para efeito de análise, Guiana e Suriname foram retirados a fim de evitar discrepâncias nos dados. A presente análise utiliza as variáveis taxa anual de inflação e PIB e suas relações com as variáveis déficit fiscal, dívida líquida pública e balanço de pagamentos em transações correntes. Além disso, são analisadas as políticas fiscais e cambiais dos países, assim como o nível de comércio entre eles e entre outras regiões.

Por último, exporemos nossas considerações finais sobre a evolução da Unasul ao longo do período analisado.

2 INTEGRAÇÃO ECONÔMICA E TEORIA DAS ÁREAS MONETÁRIAS ÓTIMAS

A partir do final da Guerra Fria, novos processos econômicos surgiram, alterando de vez a cena econômica mundial. Segundo Jeffrey Frankel (1997), entre 1990 e 1994, 33 novos acordos regionais foram notificados no *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT), um terço da quantidade registrada desde o fim da Segunda Guerra Mundial. A partir dessa data, inúmeros acordos bilaterais e multilaterais começaram a surgir, chegando a 368 acordos registrados na Organização Mundial do Comércio até o final de 2006. Segundo Wiesenbron (2008, p. 13) “um grande número desses acordos já caducou, ou entraram em colapso desde que foram registrados e outros ainda têm que entrar em vigor, mas, mesmo assim, em dezembro de 2006, ainda havia 216 acordos regionais funcionando”. Isso demonstrava na época a necessidade dos países em se organizar em processos de integração, buscando melhores condições comerciais. Apesar do aumento de acordos regionais, as teorias sobre integração já estavam presentes na cena econômica mundial muito antes desta data.

As teorias sobre os processos de integração de nações surgiram em meados da década de 1960, apoiado na teoria desenvolvida por Bela Balassa. A integração de países em blocos econômicos tem como objetivo principal o desenvolvimento do comércio entre os países. Esse aumento do comércio acaba gerando um maior poder de comprar para os países envolvidos, elevando, assim, o nível de vida de seus povos. Além disso, como um mesmo mercado passa a ser disputado por empresas de outros países, o grau de concorrência aumenta, gerando uma melhoria na qualidade dos produtos e uma redução dos custos. Segundo Dathein (2007, p. 2):

“Os processos de integração econômica possuem objetivos e razões que muitas vezes são menos econômicos que políticos ou estratégicos. Por outro lado, devem ser entendidos fundamentalmente em seus objetivos de alcançar melhorias em termos de bem estar social via maior crescimento econômico e em termos de sua capacidade de promover a superação do subdesenvolvimento e da pobreza em países economicamente atrasados.”

Com o objetivo de definir e conceituar a integração econômica, o estudo apresenta quatro etapas de integração, sendo cada etapa a evolução da anterior (BALASSA, 1961). A primeira etapa é a Zona de Livre Comércio, em que os países formadores do bloco acordam em eliminar ou reduzir as barreiras alfandegárias para importações de mercadorias produzidas dentro da área. Apesar do acordo, os países possuem políticas próprias para produtos originários de países de fora da zona de livre comércio. Atualmente temos a ALADI como exemplo desse nível de integração.

O segundo nível de integração é a União Aduaneira que, além de eliminar barreiras alfandegárias para importações de mercadorias produzidas dentro do bloco, adota uma Tarifa Externa Comum (TEC) em relação às mercadorias importadas de outros países. Assim os países de um mesmo bloco estarão sujeitos às mesmas taxas quando da importação de mercadorias de países de fora do bloco. Um exemplo de União Aduaneira é o Mercosul, mesmo tendo-se ciência de que a TEC ainda não foi totalmente implantada e as tarifas para mercadorias intra-bloco ainda não chegaram a zero.

O Mercado Comum, terceiro nível de integração, permite, além de todas as regras estabelecidas em uma União Aduaneira, a livre circulação de bens, serviços, mão de obra e de capitais.

O quarto nível de integração é a União Econômica. Esse grau de integração procura a integração das políticas econômicas nacionais, além de respeitar as regras estabelecidas pelo Mercado Comum. Os países membros precisam se adequar às leis estipuladas pelos agentes controladores da União Econômica.

Finalmente, o quinto e último grau de integração é a União Monetária onde os países, além de acordar com as condições estabelecidas pela União Econômica, adotam uma política monetária comum, possibilitando a criação de um banco central do bloco e uma moeda única. Esse nível de integração é muito complexo e precisa de uma forte cooperação dos países do bloco, uma vez que as economias desses países precisam estar de acordo com padrões de estabilidade, mantendo taxas de juros, déficit orçamentário, nível de inflação e dívida pública em níveis pré-estabelecidos. O banco central de uma União Monetária deve criar regras que precisam ser seguidas rigorosamente pelos países membros do bloco, pois só assim a moeda comum se sustentaria e os chocos externos teriam um impacto semelhante nos países.

Nota-se facilmente uma evolução nas etapas de integração apresentadas por Balassa, propondo que a integração seria o processo de abolição de barreiras e que só estaria completo

com a eliminação total dos obstáculos intra-países, ou seja, dos princípios clássicos liberais. Seguindo a teoria criada por Balassa, outras abordagens sobre integração foram surgindo ao longo do tempo, propondo diferentes definições e objetivos.

A teoria neo-funcionalista, desenvolvida por Ernest Hass em 1958 com o objetivo de explicar o processo de integração da Europa Ocidental, adotava as visões federalistas e funcionalistas e defendia que o processo de integração era necessário por ser funcional e eficiente. Por basear-se no modelo europeu de integração, essa teoria acabou não sendo aplicada aos países da América do Sul, principalmente pelas diferenças apresentadas por esses países perante aos europeus. Déficits históricos, desigualdades sociais e econômicas e o subdesenvolvimento foram algumas razões da teoria neo-funcionalista não vingar na região.

A teoria econômica liberal, baseada nos ideais de livre comércio, consideraria o processo de integração como um protecionismo, mas “de forma mais pragmática, o interpreta como uma estratégia de *second best*, de aproximação gradual ao livre mercado, portanto não contraditória com este objetivo último” (DATHEIN, 2007, p. 2). Os países integrantes seriam beneficiados com aumento do fluxo comercial, crescimento da produtividade e ganhos via processo de aprendizagem e inovação tecnológica. Esse crescimento geraria um mercado maior, criando economias de aglomeração e efeitos de *spill over*, o que poderia acarretar em um círculo virtuoso de crescimento econômico, beneficiando assim o livre comércio (DATHEIN, 2007).

2.1 ASPECTOS HISTÓRICOS DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA NA AMÉRICA LATINA

Ao longo das últimas décadas o assunto integração econômica esteve presente na pauta dos países da América Latina, cuja influência da Cepal é marcante. As idéias cepalinas para o desenvolvimento e integração da América Latina trazem grandes contribuições para o entendimento do regionalismo da região. Segundo (BRAGA, 2002, p. 2), o pensamento cepalino sobre a América Latina

“pode ser dividido em duas grandes fases. A primeira analisa a integração como parte da estratégia de desenvolvimento econômico e, em particular, do processo de

substituição de importações proposto pela CEPAL na década de 50. A segunda, influenciada pelos tímidos resultados da integração no continente e pelo crescente interesse pelo processo de globalização nos anos 90, busca na integração regional uma maior inserção das economias latino-americanas na economia internacional.”

A idéia de regionalismo econômico formulada pela Cepal no documento publicado em 1959 apresentava a “integração econômica como forma de amparar a industrialização por substituição de importações, possibilitando incrementar as economias de escala com o aumento do mercado para os fluxos comerciais” (DEOS E WEGNER, 2009). Contudo, a preocupação da Cepal estava mais voltada para o desenvolvimento da região do que com os frutos do livre comércio.

A publicação da Cepal de 1959 influenciou a formação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), formalizada em 1960 pelo Tratado de Montevidéu, assinado pela Argentina, Brasil, Chile, Uruguai, Paraguai e Peru e, posteriormente, pela Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela. Com objetivo de acelerar o desenvolvimento econômico regional através da ampliação do mercado e de um plano coordenado de desenvolvimento dos países, a ALALC acabou por fracassar devido, entre outros fatores, às diferenças comerciais e aos divergentes objetivos econômicos dos os países envolvidos.

Seguindo o movimento influenciado pela Cepal, em maio de 1969, através da assinatura do Acordo de Cartagena¹, foi criada a Comunidade Andina de Nações. O acordo surgiu como uma proposta que visava acelerar o desenvolvimento dos países membros através da integração econômica e social, mas somente em 1993 foi adotada a livre circulação de bens e serviços no bloco. Nas décadas de 1970² e 1980, a CAN sofreu com a falência do processo de substituição de importação e com as crises econômicas que assolaram os países latino americanos. Em 2006, com a saída da Venezuela para ingressar no Mercosul, ficou visível o enfraquecimento do bloco.

Em 1980 uma nova versão do Tratado de Montevidéu foi assinada criando a Associação Latino-americana de Integração (ALADI), que viria substituir a ALALC. Com objetivo de longo prazo de estabelecer, gradual e progressivamente, um mercado comum latino-americano, o acordo foi prejudicado pelas profundas crises pelas quais esses países passaram na década de 1980 (BRAGA, 2002). Por se tratar de um acordo limitado em se tratando de integração, a ALADI passou a uma tendência de realização de acordos sub-

¹ Assinado por Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru. A Venezuela aderiu ao acordo em 1973.

² Nesse período, mais precisamente em 1977, o Chile, por questões políticas, se retira do bloco.

regionais: acordos Brasil-Argentina, Mercosul, revitalização da CAN e negociações México-EUA-Canadá, praticamente sem papel no avanço do processo de integração regional (DATHEIN, 2007).

Até então, a Cepal via com preocupação a possibilidade de integração entre países com estruturas produtivas e graus de desenvolvimento diferentes. Mas, a partir dos anos 1990, devido aos processos de abertura econômica, acordos de livre comércio e as privatizações que estavam ocorrendo na América Latina, a Cepal passou a defender o que foi chamado de “regionalismo aberto” (AMADO E MOLLO, 2004). De acordo com o documento publicado em 1994 pela Cepal, o regionalismo aberto tem como objetivo

"fazer da integração um alicerce que favoreça uma economia internacional mais aberta e transparente, em vez de ela se converter num obstáculo que a impeça, com isso restringindo as opções ao âmbito dos países da América Latina e Caribe. Isso significa que os acordos de integração devem tender a eliminar as barreiras aplicáveis à maior parte do comércio de produtos e serviços entre os signatários, no contexto de suas políticas de liberalização em relação a terceiros, ao mesmo tempo em que é favorecida a adesão de novos membros aos acordos." (CEPAL, 1994, p.945)

Esse processo surgiu da necessidade de buscar uma inserção maior no cenário econômico internacional e como mecanismo de defesa frente ao protecionismo dos países desenvolvidos (DATHEIN, 2007).

Dathein (1992) considera que a integração na América Latina possui condicionantes nacionais e internacionais. As prolongadas crises econômicas nacionais e o esgotamento do processo de substituição de importações como modelo de industrialização eram os condicionantes nacionais, enquanto que os riscos de marginalização da região decorrente da integração dos países do Primeiro Mundo e a crescente internacionalização da economia seriam os condicionantes internacionais. Esses fatores indicavam a perspectiva de que países que decidissem negociar isoladamente enfrentariam grande concorrência dos blocos comerciais existentes.

Após um início de década praticamente perdido, Argentina e Brasil procuraram uma reaproximação no que diz respeito à integração econômica entre os dois países³. Em 1986 foi aprovado o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE), documento que continha doze protocolos de temas específicos, incluindo uma proposta de integração intra-setorial que procurava equilíbrio aos setores produtivos dos países através de uma expansão

³ Essa reaproximação foi possível devido à volta da democracia nos dois países (DATHEIN, 2007).

do comércio. Em 1988, os dois países assinaram o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento. Esse acordo previa a liberalização comercial e, assim como o PICE, foi um passo importante dos países em direção à integração econômica.

Em março de 1991, a partir da assinatura do Tratado de Assunção⁴, é instituído o Mercado Comum do Sul. O bloco nasceu da ampliação dos acordos comerciais que Argentina e Brasil já vinham discutindo. Segundo o Artigo 1 do Tratado (MERCOSUL, 1991, pp. 1-2), o Mercosul implica na

livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários e restrições não tarifárias à circulação de mercadorias e de qualquer outra medida de efeito equivalente; o estabelecimento de uma tarifa externa comum e a adoção de uma política comercial comum e relação a terceiros Estados ou agrupamentos de Estados e a coordenação de posições em foros econômico-comerciais regionais e internacionais; a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais entre os Estados Partes – de comércio exterior, agrícola, industrial, fiscal, monetária, cambial e de capitais, de outras que se acordem -, a fim de assegurar condições adequadas de concorrência entre os Estados Partes, e o compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações, nas áreas pertinentes, para lograr o fortalecimento do processo de integração.

Para os países se adequarem às novas medidas propostas no Tratado, foi previsto um período de transição até 31 de dezembro de 1994. Nesse período, os países seguiriam o “Programa de Liberação Comercial, com um cronograma de reduções tarifárias progressivas, lineares e automáticas, menos para as Listas de Exceções, que também seriam eliminadas gradualmente” (DATHEIN, 2007, p. 13). Esse programa tinha como objetivo diminuir o impacto das novas medidas nos países a partir da redução gradual das tarifas, chegando à zero ao final de 1994. Cada país poderia contar com uma lista de exceções a fim de defender os seus interesses comerciais, mas essas exceções também seriam eliminadas com o tempo.

O Programa de Liberação Comercial foi parcialmente cumprido. O objetivo da redução do número de produtos nas listas nacionais de exceções e no cronograma de reduções tarifárias foi atingido, mas não se pode dizer o mesmo da eliminação das restrições não tarifárias, da harmonização das legislações e da coordenação das políticas macroeconômicas. Esse fato demonstrava o quão difícil seria a implantação do Mercosul, já que os países não se demonstravam dispostos a colaborar uns com os outros.

⁴ Assinado entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Em 1992, foi definida a adoção de uma TEC. Essa Tarifa, prevista no Tratado de Assunção, definiu a transição do Mercosul de uma zona de livre comércio para uma União Aduaneira. A adoção da TEC trouxe muita controvérsia, principalmente devido às diferenças produtivas dos países envolvidos, já que cada país defendia os seus interesses. A implantação da TEC ocorreu com êxito, mas outras formas de restrições, como as não tarifárias, continuaram existindo e inclusive tornaram-se mais freqüentes (DATHEIN, 2007).

Nos últimos anos, devido à desvalorização do real em 1999 e o colapso do Plano de Conversibilidade da Argentina no final de 2001, o processo de integração do Mercosul enfrentou grandes dificuldades. Outro fator que teve grande impacto negativo nas relações comerciais do Mercosul foi a crise cambial brasileira em 2002 (FERRARI FILHO E PAULA, 2006). Esses fatores comprovam a teoria de Dathein (2007, p. 17) que “em geral, quando os países latino-americanos entram em crise, os processos de integração também retrocedem, com o comércio intra-regional sofrendo grandes quedas”.

Em 2006, a Venezuela, através do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela, adere a todos os tratados previamente assinados no Bloco tornando-se membro em definitivo do Mercosul. Segundo o Protocolo, a Venezuela dispunha de um período de quatro anos a partir da data de assinatura para se adaptar às normas estabelecidas pelo Mercosul, incluindo a adoção da TEC.

As diversas tentativas de integração na América Latina acabaram enfrentando problemas semelhantes ao longo dos anos. As diferentes matrizes produtivas e os divergentes objetivos econômicos dos os países envolvidos atrasaram consideravelmente os processos de integração na região. Para entender a preocupação cepalina apresentada em meados do século XX sobre a possibilidade de integração entre países com estruturas produtivas e graus de desenvolvimento diferentes, é preciso recorrer às teorias de integração monetária.

2.2 A TEORIA DAS ÁREAS MONETÁRIAS ÓTIMAS

Os primeiros registros sobre a Teoria das Áreas Monetárias Ótimas (AMO) surgiram em 1961 com a publicação do artigo “*The Theory of Optimun Currenncy Areas*”, escrito pelo vencedor do prêmio Nobel Robert Mundel. Inicialmente, Mundel supõe uma economia

formada por dois países com balanço de pagamentos em equilíbrio e em pleno emprego. Essa situação de equilíbrio é facilmente interrompida quando há aumentos de demandas de um dos países, causando variações no emprego e na demandas dos dois países. Para a manutenção do equilíbrio externo em pleno emprego, esses países deveriam adotar uma taxa de câmbio fixa, a fim de amenizar os efeitos dos choques externos, garantindo a estabilidade dos preços relativos e a integração da região. Além disso, para a manutenção desse equilíbrio externo, uma livre mobilidade de fatores de produção era determinante, pois, no momento de crise, haveria deslocamento dessa mão de obra equilibrando os mercados. Assim, Mundel concluiu que o limite da AMO estava associado ao *trade-off* entre mobilidade de fatores e o tamanho da região.

A partir da análise de Mundel, outras abordagens foram surgindo. A teoria de McKinnon (1963) analisa as AMO do ponto de vista do tamanho dos países e do seu grau de abertura, focando na produção de produtos *tradeables* (produtos exportáveis diretamente relacionados à taxa de câmbio) e *non-tradeables*. Segundo McKinnon, os países deveriam utilizar suas políticas monetárias e fiscais para atender a três objetivos: manutenção do pleno emprego, manutenção do equilíbrio do balanço de pagamentos e manutenção da estabilidade do nível de preços.

Como em economias totalmente abertas os preços estão fortemente ligados aos preços internacionais e os produtos *tradeables*, por serem importáveis, também estão relacionados aos preços internacionais, a relação entre produtos *tradeables* e *non-tradeables* é maior nas economias abertas. Seguindo a relação de quanto mais aberta a economia, maior a quantidade de produtos exportáveis, é possível concluir que para uma economia totalmente aberta é um risco a adoção de uma taxa de câmbio flutuante, visto os riscos gerados pela variação cambial. Assim, McKinnon baseia sua análise na relação de produtos *tradeables* e *non-tradeables*, tal que quanto maior for essa relação, maior será a disposição para esse país ingressar em uma união monetária com seus parceiros comerciais.

Outra abordagem originada pela análise de Robert Mundel é a teoria de Peter Kenen (1969). Kenen “trata como regime monetário ótimo aquele que pode manter o equilíbrio externo em criar desemprego ou inflação” (*Apud SARRIERA, 2007, p. 18*). O autor contrapõe a teoria de Mundell, argumentando que a mobilidade de mão de obra prevista no enfoque mundelliano raramente existe na prática e que, apesar de ser um pressuposto importante, não é determinante.

Além da mobilidade, seria necessária ainda a diversificação da estrutura de produção da economia, diminuindo, assim, os custos decorrentes de choques econômicos imprevistos. Então, para Kenen, um país com economia diversificada está mais propenso a ingressar em uma união monetária.

No início dos anos 2000, a teoria das AMO foi analisada por Alesina, Barro e Tenreyro (2002). Os autores estudaram a conjuntura mundial, defendendo que há uma tendência para a criação de uniões monetárias devido à grande quantidade de países no mundo. Esses países precisam, por natureza, do comércio internacional para seu abastecimento e, para reduzir os custos de manutenção da economia e do comércio internacional, a adoção de uma moeda única seria uma tendência.

Podemos ver que a possibilidade de criação de uma união monetária está baseada no grau de integração dos países da região. Quanto mais integrados e quanto maior o envolvimento comercial desses países, mais fácil será a introdução de uma de moeda comum. Nas palavras de Ferrari Filho e Paula (2006, p.136):

Em resumo, conforme a AMO, as condições econômicas para a adoção de uma união monetária são as seguintes: (i) o tamanho e a abertura da economia envolvida no comércio internacional; (ii) o livre movimento dos fatores de produção — capital e trabalho; (iii) o elevado nível do comércio intra-regional e da diversidade da produção; e (iv) a capacidade de ajustamento da economia face às suscetibilidades de choques assimétricos.

Um dos benefícios de um país ingressar em uma área monetária com câmbio fixo é a possibilidade de uma maior precisão nas decisões a respeito das transações internacionais, além de simplificar os cálculos econômicos. Em um cenário em que um país ingressa em uma área monetária com câmbio fixo, o ganho de eficiência monetária equivale à economia do país em evitar a incerteza, variação e custos de transações devido às flutuações das taxas de câmbio. Segundo Krugman e Obstfeld (2005, p. 460) “um alto grau de integração econômica entre um país e uma área de taxa de câmbio fixa amplia o ganho de eficiência monetária que o país colhe quando ela fixa sua taxa de câmbio em relação às moedas da área”. Assim, quanto maior for o fluxo comercial entre os países, maior será seu ganho devido à taxa de câmbio fixa entre eles.

A adoção de uma moeda única passa por um processo de escolha de liberdade econômica. Segundo a teoria da AMO, um regime de câmbio fixo seria mais apropriado para uma integração econômica. No caso, as políticas fiscais e monetárias seriam regidas pelo

banco central da região, ou seja, o país perderia a autonomia macroeconômica. Assim, os países teriam que avaliar as vantagens e desvantagens dessa adoção. Ferrari Filho e Paula (2006, p. 136) consideram que

os benefícios econômicos de uma união monetária estão relacionados mais à eficiência microeconômica, tais como: (i) a taxa de inflação na união monetária em geral é significativamente menor; (ii) os custos de transação e de hedge dos agentes em relação aos riscos de variação da taxa de câmbio são reduzidos ou eliminados; (iii) a eliminação das taxas alfandegárias harmoniza, tudo mais constante, os preços dos produtos da economia, colocando-os em linha com os preços internacionais (lei do preço único); (iv) as barreiras sobre mobilidade dos fatores de produção são removidas; e (v) a integração regional é estimulada.

A opção de não participar de uma união monetária passa pela decisão de manter a independência da sua política econômica a fim de alcançar o crescimento, mantendo a taxa de câmbio como um dos instrumentos de política econômica.

Assim, a análise da AMO nos permite concluir que para ingressar em uma união econômica e monetária, os países devem possuir um alto grau de integração com simetria nos choques externos. A decisão de ingressar ou não nessa união monetária passa pelo *trade-off* entre

ganhos microeconômicos resultantes do processo de coordenação da política econômica *vis-à-vis* perdas macroeconômicas como consequência das restrições que as autoridades monetárias passam a ter no sentido de operacionalizar de forma independente a política econômica. (FERRARI FILHO e PAULA, 2006, pp. 136-137).

É possível perceber, a partir da breve análise das tentativas de integração na América Latina e da teoria da AMO, que para haver possibilidade de integração na região, é preciso haver muito mais do que simples vontade política. No próximo capítulo estudaremos a União das Nações Sul-Americanas (Unasul), sua criação e importância regional, para depois analisarmos indicadores e a possibilidade de integração monetária na região.

3 A UNASUL

Este Capítulo tem como intuito apresentar uma análise histórica da criação da Unasul, a sua atual situação e importância regional.

3.1 A CRIAÇÃO DA UNASUL

Atualmente, a União das Nações Sul-Americanas (Unasul) surge como o futuro da integração regional na América Latina. Formada pelos doze países da América do Sul⁵, a Unasul tem origem em um tratado assinado em 1998 entre os países membros do Mercosul e da CAN para a criação de uma área de livre comércio. Advinda de uma articulação do governo brasileiro, a criação da Unasul, segundo Marco Cepik (2010, p.62)

delinea uma abordagem diferente do que já foi feito pela OEA: objetivando maior autonomia política, ela exclui os Estados Unidos da decisão multilateral direta dos assuntos de segurança sul-americanos, visando obter coletivamente poder de barganha com todas as potências extrarregionais e também visando ao reconhecimento dos interesses específicos dos países da América do Sul.

A iniciativa para a integração dos países da América do Sul partiu do governo brasileiro a partir da proposta das três primeiras Reuniões de Presidentes da América do Sul (RPAS) (VALDÉS, 2009). Na primeira reunião, realizada em Brasília em 2000, foi constatada a necessidade de implantação da área de livre comércio firmada em 1998 e a importância da questão da infraestrutura intra-bloco com a criação da Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana⁶ (IIRSA). Esse último ponto alterou

⁵ Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

⁶ Implantada em Dezembro de 2000.

substancialmente o conceito de integração comercial na América do Sul, pois demonstrava a iniciativa de evoluir de um processo de liberdade comercial entre Mercosul e CAN para a construção de uma unidade comum. A IIRSA prevê a integração física da região a partir da construção de um gasoduto sul-americano e o desenvolvimento de infraestruturas viárias, ferroviárias, aéreas e portuárias, fatores que seriam determinantes para o desenvolvimento dos mercados regionais (SCHMIED, 2007).

Na segunda reunião, em 2002 em Guayaquil, foi estabelecida uma série de documentos multilaterais, destacando-se o Consenso de Guayaquil sobre Integração, Segurança e Infraestrutura para o Desenvolvimento, reiterando a importância da integração da infraestrutura regional, e a Declaração sobre a Zona de Paz Sul-americana, instituindo a América do Sul como uma Zona de Paz.

Em 2004, na terceira reunião, a Declaração de Cuzco, assinada pelos doze países do continente Sul-Americano, institui a criação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), formalizando a intenção de integração do continente, similar ao da União Européia, mas sustentado em quatro instâncias de participação, quais sejam: integração em infraestrutura; integração energética; tornar-se um mecanismo de consulta e concertação política; e buscar a união das economias do Chile, Suriname, Guiana, Mercosul e CAN em uma área de livre comércio (SCHMIED, 2007).

A Declaração de Cuzco enfatizou o papel do Mercosul, ALADI e CAN como protagonistas das decisões referentes à integração regional. A criação da CASA parecia uma tentativa do governo brasileiro de ressuscitar o antigo projeto da ALALC (VENTURA e BARALDI, 2008).

Em 2005, iniciaram-se os encontros dos Líderes de Estado da CASA. Com agenda marcada pela intenção do estreitamento das relações do bloco com outras áreas mundiais, como África e Oriente Médio, e pela diminuição das assimetrias entre países membros, o encontro também teve como ponto principal a convergência entre o Mercosul e a CAN. Nesse mesmo ano foi estabelecida uma Agenda de Prioridades na Declaração Final para reforçar a integração econômica e a coordenação política dos países da região.

O II Encontro de Líderes de Estado da CASA, realizado em 2006 em Cochabamba, reforçou mais uma vez a integração na região a partir de documentos oficiais, destacando-se o documento final da Comissão de Reflexão Estratégica, que definiu os principais elementos e objetivos da integração na região, além de uma estrutura funcional com grupos de trabalhos

nas áreas sociais, energéticas, de infraestrutura e financeira, e a Declaração de Cochabamba, que propôs a integração institucional da Unasul a partir da criação de, entre outras instituições, uma Comissão de Altos Funcionários e do Parlamento Sul-americano. Com sede em Cochabamba (Bolívia), o Parlamento Sul-Americano abrangeria todos os países da região e seria composto por membros dos Parlametos nacionais e regionais. Proposto em 2006 pelo Brasil, o Parlamento ainda aguarda a aprovação do Protocolo Adicional que determinará sua criação e atribuições.

O ano de 2007 foi marcado pelo tema energético na região devido à realização do I Encontro Energético Sul-Americano, que culminou na criação do Conselho Energético Sul-Americano, composto pelos Ministros de Energia de cada país. Nesse encontro, estabeleceu-se ainda a mudança de nome para União das Nações Sul-Americanas (Unasul) e a cidade de Quito foi escolhida como sede da secretaria permanente.

Neste mesmo ano, foi proposto pela Venezuela a criação do Banco do Sul. Com o mesmo papel do FMI e do Banco Mundial na região, a função do Banco do Sul seria financiar o desenvolvimento econômico dos países sul-americanos em infraestrutura e de integração comercial e energética, tanto para o setor público como o privado. O Banco abrangeria todas as nações da região e teria um aporte inicial de vinte bilhões de dólares americanos. Inicialmente, a proposta foi rejeitada pelo Brasil, que desejava que o poder de decisão fosse proporcional ao investimento no banco e não igualitário como proposto, além do interesse que o país tinha do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) desempenhar o papel de banco regional. Após rodadas de negociações, a política diplomática brasileira aceitou a proposta (DREGER, 2009). Proposto no final de 2007 e com previsão para iniciar suas funções em 2010, o Banco do Sul ainda não entrou em funcionamento.

O Tratado Constitutivo da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL, 2008a) foi assinado em Brasília em 23 de maio de 2008, firmando uma organização dotada de personalidade jurídica internacional. Segundo Dreger (2009), o Tratado prevê o fortalecimento do diálogo político entre os Estados-Membros para garantir um espaço de diálogo, reforçando a integração sul-americana e a participação dos países do bloco no cenário internacional e possui os seguintes objetivos específicos: integração energética e infraestrutura para interconexão regional; consolidação de uma identidade sul-americana; cooperação judicial entre as autoridades dos Estados-membros; cooperação dos Estados-membros para a manutenção da segurança intra-bloco; e intercâmbio de informações visando o desenvolvimento regional. Surgia assim uma instituição sem precedentes no continente sul-

americano, propondo a integração política, econômica, social, cultural, entre outras áreas, de todas as nações sul-americanas, incluindo pela primeira vez Guiana e Suriname no contexto regional (FARIA e COUTINHO, 2009).

A consolidação da Unasul como um espaço multilateral iniciou-se a partir do final de 2008, com a criação dos Conselhos de Defesa Sul-Americano (CDS). O conselho surgiu a partir da idéia lançada pelo, na época, Ministro da Defesa Nelson Jobim em visita à Argentina, no início de 2008. Na ocasião, Jobim defendeu a criação de uma instituição supranacional de defesa, com o objetivo de buscar o “entendimento de todos os países sul-americanos para que pudessem ter uma mesma palavra sobre defesa nos organismos internacionais e resolver por meio deste conselho as eventuais questões que surjam”.

A partir deste encontro, a ideia da criação do CDS foi desenvolvendo-se na região, mas sem o apoio da Colômbia, que não aceitava a criação de tal órgão entre países com divergências sobre a classificação de grupos armados terroristas. Após intervenção do governo brasileiro, o governo colombiano aceitou a criação do Conselho de Defesa, mas a partir de três condições: as decisões devem ser adotadas por consenso; o reconhecimento do Conselho apenas de forças institucionais previstas nas Constituições de cada país; e os países devem rechaçar os grupos violentos que surgirem, independente da sua origem.

Assim, em dezembro de 2008 é criado o Conselho de Defesa Sul-Americano, estruturado em três objetivos principais: consolidação da América do Sul como zona de paz; construção de uma identidade sul-americana em matéria de defesa, considerando as características sub-regionais e nacionais; e buscar consensos para fortalecer a identidade regional em matéria de defesa.

O ano de 2009 inicia-se com a I Reunião do Conselho de Defesa Sul-Americano, onde foi firmado o Plano de Ação para 2009-2010 da Unasul, documento baseado no intercâmbio de informações sobre política de defesa, cooperação militar, intercâmbio de tecnologias de defesa, formação e capacitação na área da defesa e criação do Centro Sul-Americano de Estudos Estratégicos de Defesa (CSEED).

No mesmo ano foi instituído o Conselho de Saúde Sul-Americano (CSS) e realizado a I Reunião do Conselho de Saúde Sul-Americano, que resultaram na criação do Instituto Sul-Americano de Governança em Saúde (ISAGS). O ISAGS tem o objetivo de apoiar os países da Unasul no fortalecimento das capacidades nacionais e regionais de seus sistemas de saúde pública e no desenvolvimento adequado de recursos humanos. Com base no Rio de Janeiro, o

órgão fará gestão do conhecimento existente e a produção de novos conhecimentos a partir de pesquisa e atuação em diversos campos da saúde.

Ainda em 2009, durante a III Reunião Ordinária dos Chefes e Chefas de Estado e Governo da Unasul, realizada em Quito, foram criados os Conselhos de InfraEstrutura e Planejamento, Desenvolvimento Social, Problema Mundial das Drogas e Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação, com o objetivo de proporcionar um avanço em matéria de integração e cooperação regional. (UNASUL, 2009a).

Em 11 de março de 2011, após um período de poucos encontros institucionais, mas grande atividade política⁷, a Unasul entrou oficialmente em vigor com a ratificação entregue pelo Uruguai. Agora, dos doze países que assinaram o Tratado Constitutivo, nove⁸ já depositaram seus instrumentos de ratificação, completando o número mínimo de ratificações necessárias para a entrada em vigor do Tratado. O resumo das etapas do desenvolvimento da Unasul pode ser encontrado no anexo I deste trabalho.

Atualmente, a estrutura institucional da Unasul é composta pelos seguintes órgãos: i) Conselho de Chefes de Estado e de Governo; ii) Conselho de Ministros das Relações Exteriores; iii) Conselho de Delegados; e iv) Secretaria Geral. Além desses, a Instituição conta com oito conselhos ministeriais: i) Energia; ii) Saúde; iii) Defesa; iv) InfraEstrutura e Planejamento; v) Desenvolvimento Social; vi) Problema Mundial das Drogas; vii) Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação; e vi) Economia e Finanças; e ainda com dois Grupos de Trabalho: i) Integração Financeira (agora subordinado ao Conselho de Economia e Finanças); e ii) Solução de Controvérsias em Matéria de Investimentos, cujo âmbito estuda-se a possibilidade de criar mecanismo de arbitragem, Centro de Assessoria Legal e código de conduta para membros de tribunais arbitrais.

A Unasul também possui uma Presidência *Pro Tempore* (PPT), que alterna a cada ano, seguindo a ordem alfabética dos países membros. O presidente é responsável por representar a Unasul em encontros internacionais. O Chile (2008-09) e o Equador (2009-10) já ocuparam a presidência do bloco. Durante a III Cúpula Ordinária da Unasul em 2010, a Guiana assumiu a Presidência de turno, que deverá ser transferida para o Paraguai no final de 2011. A Figura 1 abaixo mostra a estrutura institucional da Unasul.

⁷ Conforme será visto na segunda parte deste capítulo.

⁸ Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

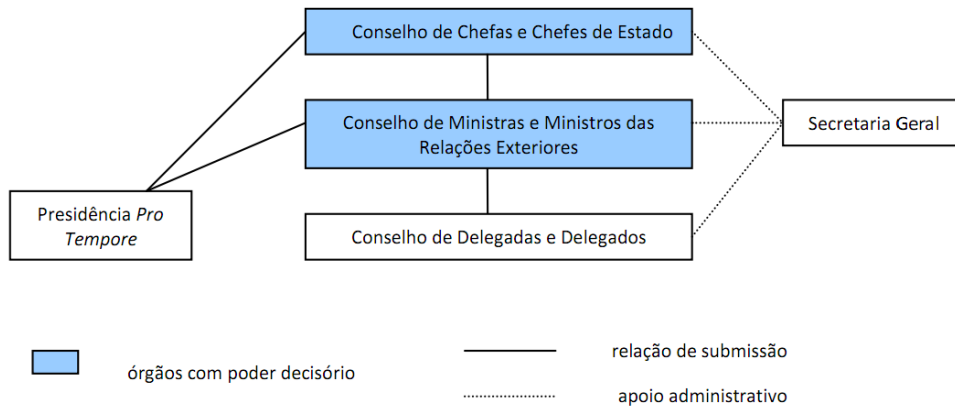


Figura 1 – Estrutura institucional da Unasul
 Fonte: VENTURA e BARALDI (2008, p. 15).

Cabe ao Secretário Geral a execução dos mandatos que lhe forem conferidos pelos órgãos da Unasul e a representação legal da Secretaria Geral. O Secretário Geral cumpre mandato de dois anos, renováveis uma única vez, por igual período. Em princípio, não pode ser sucedido por pessoa da mesma nacionalidade e deve exercer o cargo com dedicação exclusiva. O primeiro Secretário Geral foi o ex-Presidente da Argentina, Néstor Kirchner, cujo cargo exerceu entre maio e outubro de 2010. Atualmente a Secretária Geral é a ex-Chanceler da Colômbia e ex-Ministra da Educação do mesmo país, Maria Emma Mejia.

A Unasul surge como a esperança da integração da América Latina, apesar de seu surgimento ter sido muito semelhante com o Mercosul e a CAN, entidades existentes há muito tempo na região. Se por um lado a Unasul rompe a tradição dos tratados anteriores, propondo uma integração política voltada para o tema da energia, infra-estrutura, segurança e cidadania, por outro lado propõe a criação das mesmas instituições existentes nas outras entidades regionais. A Unasul precisa provar que não será uma nova entidade com as mesmas decisões, ou “apenas uma nova linguagem para velhos analfabetos em integração regional” (VENTURA e BARALDI, 2008, p. 14).

3.2 A UNASUL E SUA IMPORTÂNCIA REGIONAL

O processo de criação da Unasul, apresentado no capítulo anterior, foi repleto de encontros internacionais dos países membros e contou com a criação de inúmeros órgãos nos

mais diversos campos de atuação. O grande desafio da Unasul surge quando são feitas comparações com os processos de integração existentes na América do Sul, no que diz respeito ao acasalamento de instituições e suas atribuições. Ainda, na sua Constituição, não são citadas medidas para articular as instituições existentes e os inúmeros tratados bilaterais de cooperação entre os Estados membros e outros países, ponto delicado nesse processo, também não foram citados quando da criação da organização (VENTURA e BARALDI, 2008).

É possível notar um acasalamento das instituições criadas pela Unasul com as já existentes na região, além de uma indefinição das atribuições dos órgãos criados pela organização. Como exemplo, podemos citar a proposta de criação do Parlamento da Unasul, que surgiu em plena crise do Parlamento Andino e durante o processo de criação do Parlamento do Mercosul. Essas instituições nos levam à mesma questão apresentada por Ventura e Baraldi (2008, p. 15): “O que teria a classe política a dizer nas tribunas de três Parlamentos sub-regionais?”.

Sobre as atribuições dos órgãos, a estrutura institucional da Unasul, apresentada na Figura 1, demonstra pouca efetividade. O Conselho de Chefes e Chefes de Estado e de Governo, órgão máximo do bloco, promoverá reuniões anuais, o Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores deve reunir-se semestralmente, enquanto que o Conselho de Delegadas e Delegados promoverá reuniões bimestrais. Nota-se que serão poucas as reuniões dos órgãos decisórios e estas dependerão da boa vontade da Presidência *Pro Tempore* para acontecerem. O quadro institucional completa-se “com uma Secretaria Geral de baixo perfil, que não dispõe de poder decisório algum” (VENTURA e BARALDI, 2008, p. 15). Esses órgãos foram criados com o objetivo de resolver controvérsias quando não puderem ser alcançadas via negociações diretas entre os países. Contudo, os Estados não ficam vinculados a utilização desses órgãos para a solução de conflitos. Além disso, não há previsão de obrigatoriedade dos países em acatar as decisões tomadas por esses órgãos, o que nos leva a concluir que são potencialmente não efetivos (DREGGER, 2009).

O Tratado Constitutivo da Unasul prevê que todas as decisões precisam ser adotadas por consenso, mas, de acordo com Siebeneichler (2009, p. 45)

qualquer Estado Membro poderá eximir-se de aplicar total ou parcialmente uma política aprovada, seja por tempo definido ou indefinido, sem que isso impeça sua posterior incorporação total ou parcial àquela política. No caso das instituições, organizações ou programas que sejam criados, qualquer dos Estados Membros

poderá participar como observador ou eximir-se total ou parcialmente de participar por tempo definido ou indefinido.

Apesar da pouca efetividade dos órgãos da Unasul, o bloco acaba sobrepujando os atuais processos de integração da América Latina como instituição de pacificação regional, atuando fortemente em conflitos regionais. A Unasul alcançou sua consolidação como ator regional na participação no conflito boliviano em 2008. Na época, a Bolívia enfrentava uma crise política entre o Governo Central do presidente Evo Morales e os Departamentos de Pando, Tarija, Beni e Santa Cruz, grandes produtores de soja, ricos em gás natural e detentores de mais de 50,0% da economia do país. O conflito surgiu da proposta presidencial de uma divisão mais igualitária dos tributos, enquanto que a região desejava maior autonomia (SIEBENEICHLER, 2009). O auge da crise ocorreu em setembro de 2008, quando, em meio a protestos nos departamentos, um gasoduto foi atacado, uma instalação do Governo Central foi tomada e um confronto no departamento de Pando resultou em diversas vítimas fatais.

O conflito estava levando a Bolívia a uma guerra civil, o que abalaria a estabilidade de toda a América Latina. Diante dessa situação e do temor dos conflitos se espalharem para outros países da região, a Presidência *Pro Tempore* da Unasul convocou uma Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo para discussão da situação. Realizada em 15 de setembro em Santiago do Chile, os doze membros expressaram pelo apoio ao Governo Constitucional do presidente Evo Morales a partir da Declaração de *la Moneda* (UNASUL, 2008b). O documento ainda afirmava que os países da Unasul não reconheceriam qualquer tentativa de golpe, ruptura da ordem institucional ou da integridade territorial da Bolívia.

A partir desse encontro, foram criadas duas comissões adicionais com foco de atuação na no território boliviano. A primeira, aberta a todos os países e coordenada pelo Chile, deveria acompanhar os processos de reaproximação entre o governo e a oposição boliviana. A segunda iria apoiar o governo boliviano em áreas de maior conflito. Essas comissões ajudaram a reduzir o conflito político e criaram um melhor ambiente para a reaproximação entre o Governo Central e os departamentos entre setembro e outubro de 2008, o que resultou em um referendo para a aprovação de uma nova Constituição em janeiro de 2009 (JÁCOME, 2009).

A participação da Unasul via a Declaração de *la Moneda* foi determinante para a solução do conflito boliviano. A rápida e bem sucedida intervenção garantiu a unidade

boliviana e a estabilidade da América do Sul, além de ter fortalecido a Unasul como organização regional. Segundo Francine Jácome (2009, pp. 5-6), a ação

showed that South American countries were taking specific actions in order to seek solutions to problems that could affect peace and stability in the region, and that they were prepared to take on collective responsibilities in the region without the intervention of extra-regional actors.

Recentemente as atenções da Unasul estiveram voltadas para as tensões criadas pelo acordo militar assinado entre Colômbia e Estado Unidos. Os Estados Unidos possuíam um acordo militar com o Equador para utilização de uma base militar no país com o objetivo de reforçar a luta contra o narcotráfico na região. Com a recusa equatoriana da prorrogação do contrato, o governo norte-americano voltou sua atenção para a Colômbia, firmando um acordo para a utilização, pelas tropas americanas, de sete bases militares em território colombiano durante dez anos. O acordo causou grande desconforto aos governos de Equador e Venezuela, que o consideraram como uma ameaça aos interesses estratégicos da região (JÁCOME, 2009).

A decisão venezuelana de reforçar o gasto militar através de acordos com a Rússia forçou a Unasul a realizar a II Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo para discutir internamente o assunto. A reunião, realizada em Bariloche em 28 de agosto de 2009, resultou em um documento com seis pontos em relação a questões de segurança da região: i) reforçar a América do Sul com o zona de paz; ii) reforçar a luta contra o terrorismo e o narcotráfico; iii) reafirmar que a presença de forças militares estrangeiras não pode ameaçar a soberania e integridade de qualquer nação sul-americana; iv) incentivar os Ministros das Relações Exteriores e da Defesa a criarem medidas de segurança para a região; v) instruir o CDS a analisar o texto venezuelano sobre a presença norte-americana na região; e vi) instruir o Conselho Sul-Americano de Luta contra o Narcotráfico a elaborar com urgência seu Estatuto e um Plano de Ação para a região (UNASUL, 2009b). Mais uma vez a agilidade da Unasul na sua intervenção foi decisiva para que o conflito não se alastrasse.

Além desses exemplos de conflitos citados, é possível encontrar na região questões ainda não resolvidas que acabam prejudicando a integridade das relações entre os países. Atualmente, notamos um enfraquecimento nos processos de integração na América do Sul, CAN e Mercosul, principalmente devido a diferenças ideológicas, disparidade de visão sobre as vias de desenvolvimento econômico, disputas bilaterais e uma sensação de paralisia. Nas

palavras de Julie Schmied (2007, p. 8), as “fraturas no interior da Comunidade Andina de Nações e no Mercosul projetam uma sombra de incerteza sobre a consolidação da nova ideia de unidade regional de uma comunidade subcontinental”.

Na Comunidade Andina os problemas são maiores. Desde a saída do Chile, em 1976, e, em 2006, com a saída da Venezuela, o bloco ficou muito abalado. O governo venezuelano decidiu abandonar o bloco por considerar que os tratados de livre comércio firmado entre Colômbia e Peru com os Estados Unidos ferem o espírito do bloco andino. Além disso, a solicitação boliviana, em janeiro de 2007, para adesão como membro de pleno direito⁹ levantou incertezas sobre o futuro da organização andina.

No Mercosul os impasses derivam do fracasso nas dissoluções de controvérsias, segundo Schmied (2007). O conflito entre Argentina e Uruguai devido à construção de duas fábricas de celulose nas margens do rio Uruguai, fronteira dos dois países, forçou os presidentes dos países a recorrerem a Corte Internacional de Justiça em Haia em busca de uma solução, uma vez que os países não conseguiram resolver essa questão internamente no Mercosul ou na Organização dos Estados Americano (OEA).

Há ainda questionamentos no bloco pelo descontentamento de Uruguai e Paraguai sobre as decisões tomadas na região. O acordo firmado entre Venezuela, Brasil e Argentina visando à construção de um gasoduto é um dos exemplos de decisões que foram motivo de protesto pelos presidentes dos dois países. De acordo com Ventura e Baraldi (2008, p. 14), “Uruguai e Paraguai não cansam de expressar uma legítima decepção diante da discricionariedade com que Argentina e Brasil conduzem suas conviências bilaterais, gerando uma pauta pobre, travada e de mínima relevância econômica ou política”.

Outra questão a ser resolvida na região é a política externa dos países. O Chile, por exemplo, voltou-se quase completamente para o exterior nos últimos anos, firmando oito acordos de livre comércio entre os anos 2000 e 2006 (SCHMIED, 2007). A integridade regional passa pela coordenação das políticas dos países do bloco, assunto que será tratado no próximo capítulo.

É possível notar, então, que a Unasul vem desempenhando um papel regional muito importante, atuando em áreas tradicionalmente abrangidas por outras organizações. Conforme afirma Rodrigo Valdéz (2009, p. 7), a Unasul “*ha tendido a trabajar de manera paralela a la*

⁹ Desde 1996 a Bolívia é um Estado Associado do Mercosul.

Organización de Estados Americanos (OEA), captando espacios que hasta hace poco eran propios de esta última”, embora os organismos não possam conflitar entre si.

Assim, a Unasul precisará comprovar a sua importância, mostrando que a sua criação não será marcada como apenas mais um processo de integração no continente, mas, sim, como a entidade de aproximação dos países sul-americanos, com o objetivo de inserir de vez os Estados membros no cenário econômico mundial, a partir da cooperação regional.

4 ANÁLISE DA UNASUL

A Unasul compreende um processo de integração de quase toda a América do Sul¹⁰ e abrange uma área de 17.709.512 km² com mais de 390 mil habitantes, sendo que o Brasil representa quase metade de toda área e toda população da região, como podemos ver abaixo no Gráfico 1.

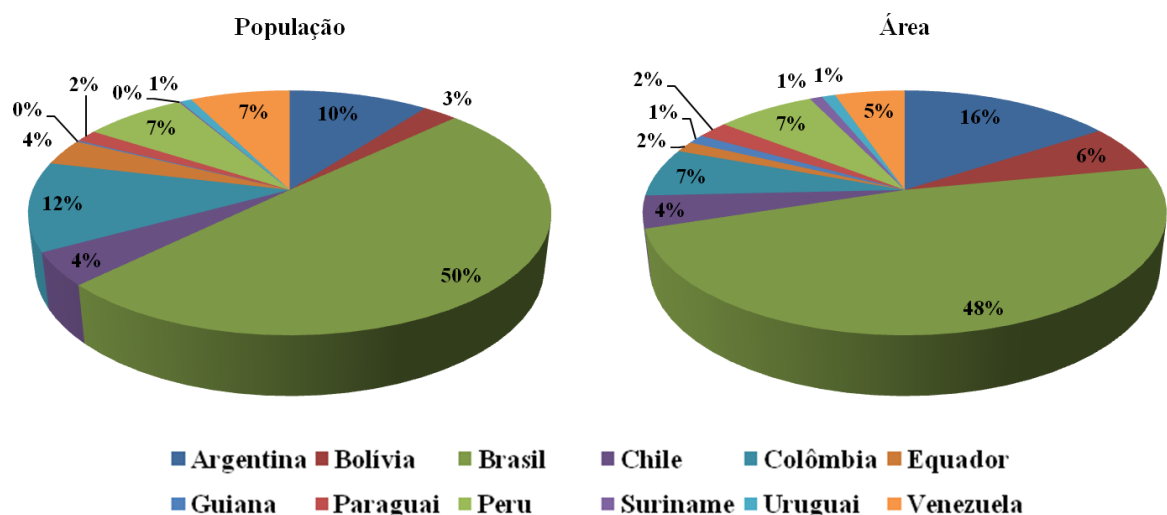


Gráfico 1 – Área e população da Unasul por país

Fonte: elaboração própria com base nos dados da Cepal 2010, disponível em www.cepal.org.

A região apresentou um PIB de US\$ 2,8 trilhões em 2009, segundo a Cepal, o que representou pouco menos de 5% do PIB Mundial. Essa relação tem sido crescente, já que em 2000 o PIB da região era de US\$ 1,3 trilhão, aproximadamente 4% do PIB Mundial.

Em relação ao PIB per capita, os países da região também têm apresentado evolução. Apesar das diferenças das cifras dos países, a média do PIB per capita cresceu de US\$

¹⁰ Do Continente, somente Guiana Francesa não faz parte do bloco; contudo, para efeitos de análise o presente trabalho não irá considerar Guiana e Suriname que, por serem economias muito pequenas, podem causar discrepâncias nas análises.

3.544,90, em 2000, para US\$ 6.353,40, em 2009. Como podemos observar no Gráfico 2, esse aumento do PIB per capita regional deve-se muito ao crescimento das rendas de Brasil, Chile, Uruguai e Venezuela. Esse último possui a maior renda da região com aproximadamente US\$ 11.400,00 por habitante em 2009. O ponto negativo fica por conta da Argentina que possuía a maior renda per capita no início do período e depois da crise de 2001 ainda não conseguiu se recuperar, ficando com a renda por habitante no final do período um pouco abaixo do nível que possuía em 2000.

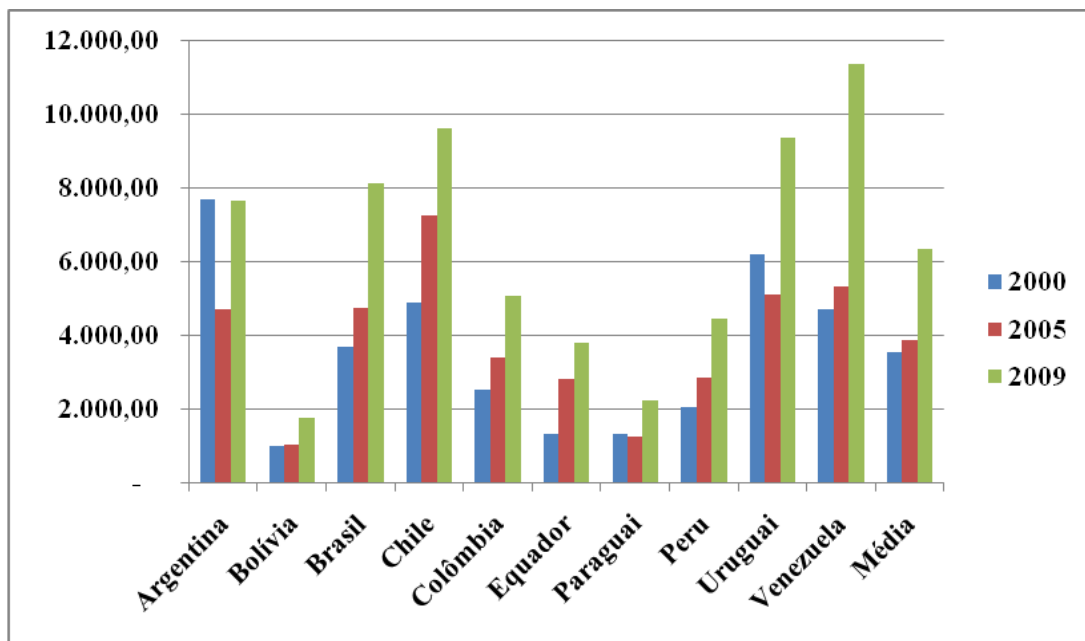


Gráfico 2 – Renda per capita dos países da Unasul

Valores em US\$, preços correntes.

Fonte: elaboração própria com base nos dados da Cepal 2010, disponível em www.cepal.org.

Em relação às estatísticas sociais, de acordo com os dados das Nações Unidas de 2010, o Chile é o país da Unasul com o maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de 0,782, seguido de perto pela Argentina, com IDH de 0,775. Os dois países ocupam, respectivamente, as posições 45 e 46 do *ranking* mundial de IDH. O Uruguai segue logo atrás na 52ª colocação, com um IDH de 0,765. Peru, Brasil, Venezuela, Equador e Colômbia aparecem abaixo, também como países com alto desenvolvimento humano. Bolívia e Paraguai completam a lista com IDH respectivos de 0,643 e 0,640, sendo os únicos países da Unasul na lista de países com médio desenvolvimento humano. O Gráfico 3 apresenta a evolução do IDH dos países da Unasul entre os anos 2000 e 2010.

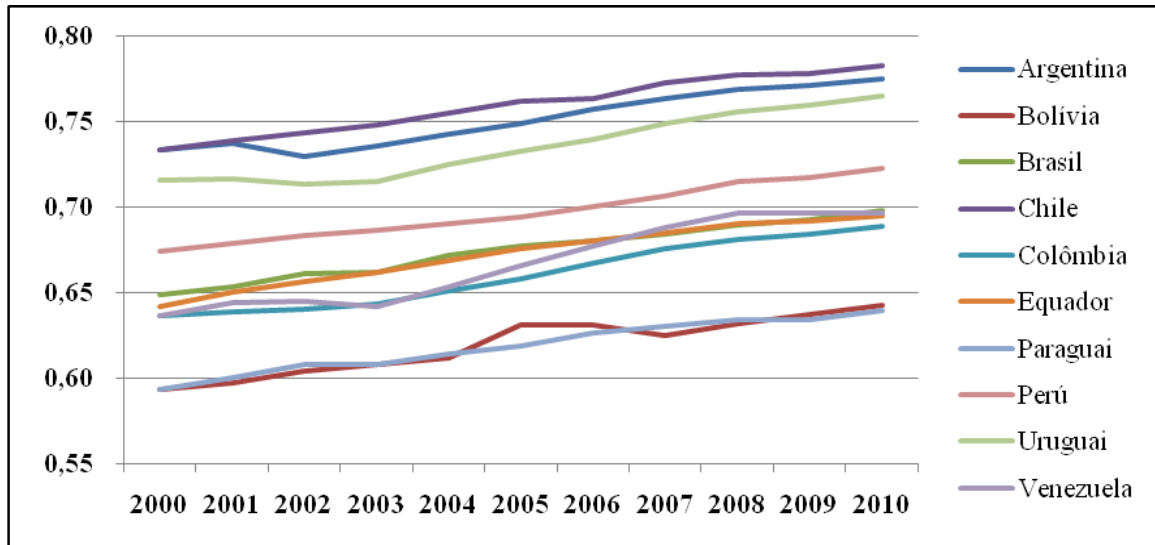


Gráfico 3 – Evolução do IDH dos países da Unasul

Fonte: elaboração própria com base nos dados das Nações Unidas, disponível em www.un.org.

Os dados apresentados acima mostram uma leve evolução de alguns índices dos países da Unasul e, por consequência, um aumento do desenvolvimento da América do Sul. Contudo, essa evolução não é suficiente para determinarmos se a região possui condições para formar uma união monetária. Para isso, seguimos para a análise de agregados macroeconômicos a partir da Teoria da AMO apresentada no segundo capítulo do trabalho.

4.1 A UNASUL COMO UMA AMO

A criação de uma união monetária entre países passa pela inspiração na União Européia (UE), melhor exemplo desse tipo de integração conhecido até hoje. Salvo as peculiaridades regionais, os esforços para essa integração devem ser semelhantes. Fábio Giambiagi (1999) apresenta uma proposta de Agenda de Trabalho direcionada aos países do Mercosul, estabelecendo um cronograma de ações e medidas que possibilitariam a implantação de uma união monetária na região. O autor, baseado na experiência da UE, afirma ainda que, se cumpridas as medidas previstas no cronograma proposto, o Mercosul atingiria condições de adotar uma moeda única entre 2010 e 2015 (GIAMBIAGI, 1999, p. 29).

As condições apresentadas por Giambiagi (1999) são visivelmente inspiradas no Tratado de Maastricht¹¹, que determinou a criação da União Européia, e, apesar de não serem condições oficiais, são as existentes na bibliografia sobre integração monetária na América do Sul. Nesse particular, é importante ressaltar que a análise baseada em Giambiagi (1999) não quer dizer que a ideia desenvolvida ao longo desta seção convirja para a visão do autor de que é possível se adotar uma moeda única na América do Sul, tendo o Mercosul como referência; muito pelo contrário, o que se pretende mostrar, conforme inclusive se observa na conclusão do trabalho, é que integração monetária na Região não é a melhor solução para o desenvolvimento do comércio, para a estabilidade econômica etc. dos países sul-americanos.

Em seu trabalho, Giambiagi (1999) propõe um estudo com base no desvio padrão das taxas de variação do PIB dos países do Mercosul, mostrando que os países em questão apresentaram um aumento no processo de convergência. Nesse sentido, utilizaremos a mesma metodologia, porém com dados dos países da Unasul, na tentativa de mostrar se há (ou não) um processo de convergência na região.

A Tabela 1 apresenta as taxas de variação dos PIB dos países em estudo entre 1990 e 2009 e, na última linha, o desvio-padrão (DP) de cada ano¹². Pode-se observar um DP muito elevado no início do período, devido às instabilidades que a região enfrentava na época. Após um período de queda, ocorre uma nova elevação a partir de 1998, devido à crise mundial daquele ano. Em 2002 é possível observar uma alta devido, principalmente, às variações negativas do PIB da Argentina e Uruguai em função do colapso do Plano de Conversibilidade argentino no final de 2001. Por fim, após uma redução no DP das taxas de crescimento do PIB dos países da Unasul em 2005 e 2007, ocorre uma nova elevação em 2008, fruto da crise mundial do mesmo ano.

A partir dos dados da Tabela 1, elaborou-se o Gráfico 1. Esse gráfico apresenta a média-móvel, para período de dez anos, dos DP das taxas de crescimento do PIB dos países da Unasul. Portanto, os valores correspondem à média aritmética, para períodos móveis de 10 anos, do DP da Tabela 1. Os números do gráfico, a cada ano, referem-se ao período de 10 anos encerrado no ano de referência. Assim, por exemplo, o valor de 1999 deve ser interpretado como a média dos DP da última linha da Tabela 1, para o período 1990/1999. O gráfico capta a tendência do DP entre as taxas de crescimento dos países. É possível observar,

¹¹ Assinado em 1992 e também conhecido como Tratado da União Européia.

¹² A última linha, portanto, corresponde ao DP dos valores apresentados em cada coluna.

também, que não existe uma tendência, indicando a inexistência de homogeneidade no comportamento das economias da região.

Tabela 1 – Taxa de Crescimento do PIB dos países da Unasul

Países	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Argentina	-1,8	10,6	9,6	5,7	5,8	-2,8	5,5	8,1	3,9	-3,4
Bolívia	4,6	5,3	1,6	4,3	4,7	4,7	4,4	5,0	5,0	0,4
Brasil	-4,4	1,0	-0,5	4,9	5,9	4,2	2,2	3,4	0,0	0,3
Chile	3,7	8,0	12,3	7,0	5,7	10,6	7,4	6,6	3,2	-0,8
Colômbia	4,3	2,4	4,4	5,7	5,1	5,2	2,1	3,4	0,6	-4,2
Equador	2,7	5,2	1,5	0,3	4,9	1,1	2,8	3,3	1,7	-5,3
Paraguai	3,1	2,5	3,4	3,9	3,7	5,5	0,4	3,0	0,6	-1,5
Peru	-5,4	2,8	-0,4	4,8	12,8	8,6	2,5	6,9	-0,7	0,9
Uruguai	0,3	3,5	7,9	2,7	7,3	-1,4	5,6	5,0	4,5	-2,8
Venezuela	6,5	9,7	6,1	0,3	-2,3	4,0	-0,2	6,4	0,3	-6,0
DP	4,17	3,11	4,19	3,66	4,36	3,77	2,66	1,88	2,13	2,64
Países	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Argentina	-0,8	-4,4	-10,9	8,8	9,0	9,2	8,5	8,7	6,8	0,9
Bolívia	2,5	1,7	2,5	2,7	4,2	4,4	4,8	4,6	6,1	3,4
Brasil	4,3	1,3	2,7	1,1	5,7	3,2	4,0	6,1	5,1	-0,2
Chile	4,5	3,4	2,2	3,9	6,0	5,6	4,6	4,6	3,7	-1,5
Colômbia	2,9	1,7	2,5	3,9	5,3	4,7	6,7	6,9	2,7	0,8
Equador	4,2	4,8	3,4	3,3	8,8	5,7	4,8	2,0	7,2	0,4
Paraguai	-3,3	2,1	0,0	3,8	4,1	2,9	4,3	6,8	5,8	-3,8
Peru	3,0	0,2	5,0	4,0	5,0	6,8	7,7	8,9	9,8	0,9
Uruguai	-1,4	-3,4	-11,0	2,2	11,8	6,6	7,0	7,5	8,5	2,9
Venezuela	3,7	3,4	-8,9	-7,8	18,3	10,3	9,9	8,2	4,8	-3,3
DP	2,62	2,96	5,90	4,09	4,80	3,19	1,97	1,99	2,29	2,39

Valores em percentual (%).

Fonte: elaboração própria com base nos dados da Cepal 2010, disponível em www.cepal.org.

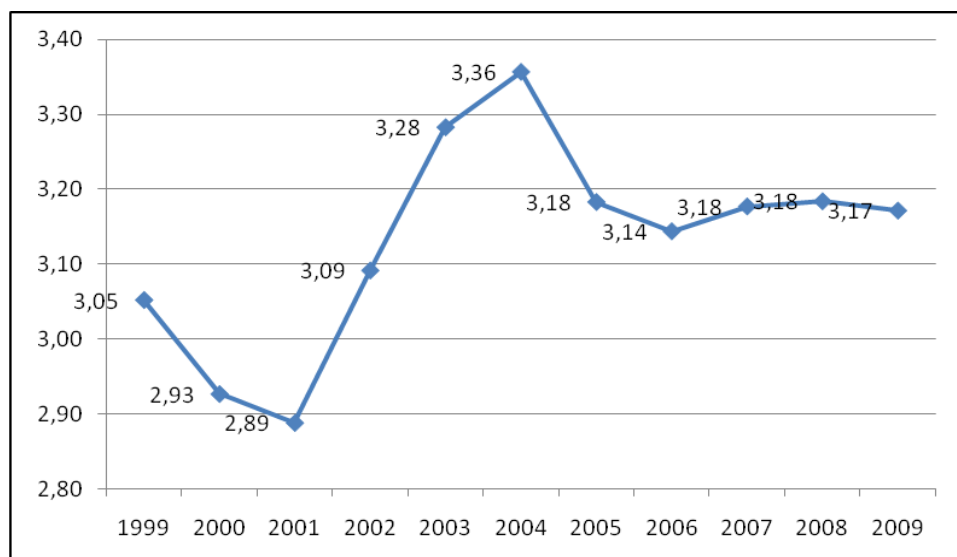


Gráfico 4 – Média-Móvel do Desvio-Padrão das Taxas de Crescimento do PIB dos Países da Unasul (períodos de 10 anos)

Fonte: elaboração própria com base nos dados da Tabela 1.

Considerando a proposta de Giambiagi (1999, p. 28-33), as condições para que os países da América do Sul sejam capazes de ingressar em uma possível união monetária na região são as seguintes: (i) criação de uma área de livre comércio; (ii) harmonização das políticas macroeconômicas; (iii) regulação das taxas de câmbio dos países pelo Banco Central Regional, não permitindo grandes variações; (iv) a taxa anual de inflação dos países não pode ser superior a 3,0%; (v) o déficit fiscal de cada país não pode ser superior a 3,0% do PIB; (vi) a dívida líquida pública de um país-membro não pode ultrapassar 40% do PIB; e (vii) a relação transações correntes/PIB de cada país não pode ser acima de 3,0%.

Além dessas condições, encontramos na literatura da AMO pré-condições para criação de uma união monetária, quais sejam: (i) intensificação dos processos de integração comercial e financeira; (ii) aumento da mobilidade dos fatores de produção; e (iii) convergência das variáveis macroeconômicas. Segundo Ferrari Filho e Paula (2006, pp. 138) “a criação de uma moeda única para determinada região depende do quão integrada é o mercado regional”.

Na análise do comércio intra-regional, é possível observar que ainda há muito espaço para crescimento. O comércio intra-bloco, que em 2000 representava menos de 3% do PIB global da Unasul e 21,9% das exportações FOB da região, em 2006 representava 3,55% do PIB e apenas 18,2% das exportações FOB¹³. De outro lado, esse montante representava 25,3% das importações FOB em 2000 e em 27,2% 2006.

Focando especificamente nas exportações intra-regionais, é possível perceber, a partir dos dados da Tabela 2, que o comércio na Unasul se mantém praticamente estável. Em 2002, a média das exportações intra-regionais em relação às exportações totais era de 25,51%, passando para 27,65% em 2009¹⁴, um incremento muito pequeno. Das maiores economias da Unasul, apenas Brasil apresentou um aumento da relação. Argentina e Colômbia permaneceram praticamente estáveis.

¹³ Em 2000, o total de exportações intra-regional foi de aproximadamente US\$ 36,3 bilhões para um PIB Global da região de US\$ 1,3 trilhão, e em 2006, o total de exportações foi de US\$ 69,8 bilhões para um PIB total de US\$ 1,9 trilhão, conforme dados da Cepal, 2010.

¹⁴ Não considerando Paraguai e Venezuela.

Tabela 2 – Exportações Intra-regionais/Exportações Totais

Países	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Argentina	38,69	34,54	35,67	34,81	36,77	36,00	36,31	39,44
Bolívia	60,76	65,65	66,67	69,64	69,62	65,60	69,00	64,60
Brasil	12,34	13,83	16,19	17,85	19,30	19,75	19,34	17,61
Chile	12,81	11,56	10,83	10,78	10,74	11,29	14,97	12,97
Colômbia	21,13	16,04	21,44	21,52	20,63	27,19	26,48	22,06
Equador	17,42	18,87	16,47	18,91	20,58	22,95	27,49	22,27
Paraguai	35,05	36,71	33,38	31,03	25,47	30,29	38,22	n.a.
Peru	12,44	13,47	14,13	16,84	15,64	16,87	17,42	12,62
Uruguai	36,46	34,08	28,67	25,52	28,19	30,11	29,59	29,60
Venezuela	7,95	5,29	6,20	4,15	4,70	n.a.	n.a.	n.a.

Valores em percentual (%).

Fonte: elaboração própria com base nos dados da Cepal 2010, disponível em www.cepal.org.

Analisando pelo lado das importações, os dados são ainda mais preocupantes. Se em 2002 a média das exportações intra-regionais em relação às exportações totais era de 36,32%, em 2009 essa relação caiu para 31,35%. De acordo com dados da Tabela 3, das maiores economias da Unasul, apenas Argentina e Venezuela tiveram um incremento, passando de 33,1% e 19,82%, em 2002, para 39,6% e 28,85% em 2009, respectivamente.

Tabela 3 – Importações Intra-regionais/Importações Totais

Países	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Argentina	33,10	39,87	40,33	41,74	42,68	39,75	38,08	39,60
Bolívia	61,81	60,60	69,62	64,63	62,93	60,21	58,58	54,62
Brasil	16,01	15,58	14,73	14,65	16,41	15,16	13,67	13,98
Chile	32,75	35,10	33,26	33,46	30,72	26,11	25,14	23,79
Colômbia	21,29	19,98	21,38	21,21	23,04	15,93	14,96	15,41
Equador	33,92	30,37	34,23	32,93	30,36	24,14	22,09	23,61
Paraguai	46,81	50,51	48,61	41,44	39,95	42,12	43,13	40,01
Peru	32,13	33,11	36,20	37,40	38,49	32,19	29,13	26,46
Uruguai	65,50	58,82	62,44	60,39	55,37	50,17	49,37	47,15
Venezuela	19,82	18,48	25,87	24,33	25,53	29,66	33,25	28,85

Valores em percentual (%).

Fonte: elaboração própria com base nos dados da Cepal 2010, disponível em www.cepal.org.

A partir desses dados, é possível notar que o comércio entre os países da Unasul ainda é muito deficiente. Para sustentar a ideia da adoção de uma moeda única, os países terão que incrementar suas relações comerciais. Apesar da importância mundial da Unasul ter aumentado nesse período, a região representa atualmente menos de 5% do PIB Mundial, sendo que mais da metade desse percentual é referente ao Brasil.

Reforçando a análise de Giambiagi sobre abertura dos mercados, é possível notar no grau de aberturas das economias¹⁵ da região valores bastante divergentes, constatando diferentes características nas economias. Primeiramente, vamos comparar o grau de abertura das principais regiões do mundo para, em um segundo momento, analisar os graus de abertura dos países da Unasul.

A partir da análise dos dados apresentados no Gráfico 5, é possível perceber que os países da América Latina e do Caribe apresentam um grau de abertura econômica menor que os países da União Européia (EU) e a média mundial, porém superior aos países da América do Norte. Os países da América Latina e Caribe apresentaram, no período estudado, uma média de 30,7% e um máximo de 41,3%, enquanto que a EU apresentou uma média de 50,3% e um máximo de 66,1%. É possível notar um crescimento dessa relação nos últimos anos, mas a crise mundial no final de 2008 afetou o comércio internacional reduzindo os valores em aproximadamente 10%.

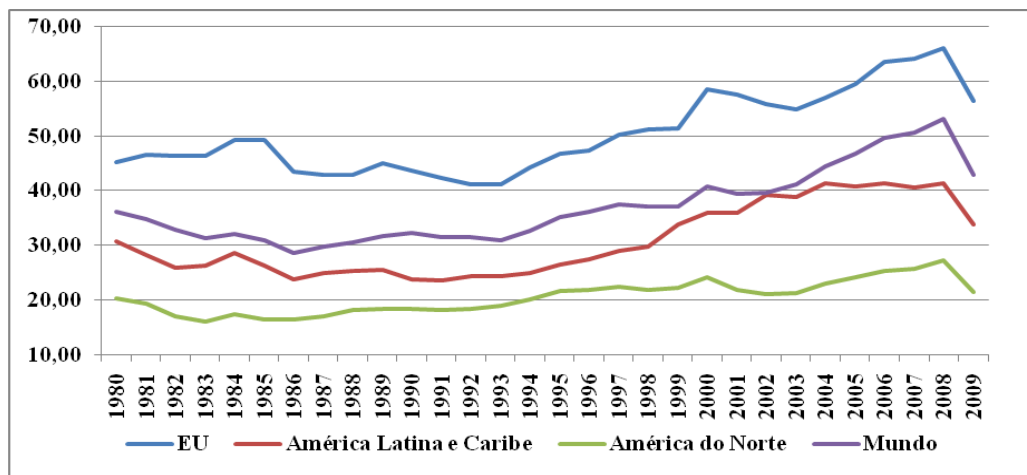


Gráfico 5 – Evolução do grau de abertura das economias entre 1980 e 2009¹⁶

Valores em percentual (%).

Fonte: elaboração própria com base nos dados do *World Bank*, disponível em www.worldbank.org.

Analisando o grau de abertura econômica dos países da Unasul, encontramos cenários diversos. Segundo os dados da Tabela 4, é possível perceber que todos os países apresentaram um crescimento da relação comércio internacional sobre PIB, mas em diferentes escalas. Enquanto Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Paraguai, Peru e Uruguai obtiverem crescimentos consideráveis ao longo do período analisado, com destaque para Bolívia, Chile,

¹⁵ O grau de abertura de uma economia é calculado a partir da soma das exportações (E) com as importações (M), dividido sobre o PIB, multiplicado por 100, ou seja, $(E+M)/PIB \cdot 100$. Essa medida calcula a representação do comércio internacional sobre a produção total de uma economia.

¹⁶ Soma das exportações e importações, divididas pelo PIB, em dólares americanos correntes.

Equador e Paraguai que em 2008 apresentaram relações superiores à média mundial, Brasil, Colômbia e Venezuela obtiveram um crescimento do grau de abertura muito discreto. O Brasil apresentou o pior grau de abertura econômica de toda a região ao longo do período, apresentando valores abaixo da média dos países da América do Norte. Para o país considerado o carro chefe da Unasul, representando metade da economia de toda a região, esse resultado é considerado preocupante. Todos os países da região apresentaram seu maior nível de grau de abertura econômica em 2008, com exceção da Venezuela, que apresentou seu pico entre os anos de 2005 e 2006. Em 2009, os efeitos da crise mundial de 2008 são notados na redução drástica dos valores apresentados.

Tabela 4 – Grau de abertura dos países da Unasul entre 1980 e 2009

Países	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Argentina	18,12	17,44	33,95	33,49	37,24	37,69	37,70	38,53	39,02	30,75
Bolívia	36,44	36,76	38,82	39,76	45,48	53,75	58,41	60,33	68,58	53,39
Brasil	17,70	21,11	21,83	22,43	24,57	22,24	21,46	21,03	23,01	17,98
Chile	50,15	52,07	52,44	55,39	59,92	62,58	66,15	70,07	75,14	58,75
Colômbia	24,49	25,44	25,07	28,41	28,12	28,92	30,99	30,33	31,86	28,09
Equador	54,25	47,25	46,08	45,14	48,95	54,82	59,48	61,62	68,02	50,47
Paraguai	43,30	49,21	51,99	62,49	67,97	72,29	70,43	70,25	79,22	70,99
Peru	27,10	26,57	26,79	28,53	32,86	37,63	42,41	44,98	47,64	37,28
Uruguai	25,24	24,50	28,11	36,49	44,17	42,05	44,42	42,36	48,15	39,01
Venezuela	42,46	36,60	42,79	43,63	50,05	54,74	54,00	50,75	46,47	30,11
Mundo	40,79	39,44	39,61	41,07	44,41	46,70	49,58	50,64	53,12	42,79

Valores em percentual (%).

Fonte: elaboração própria com base nos dados do *World Bank*, disponível em www.worldbank.org.

Sobre a mobilidade de mão de obra, as conclusões não são animadoras. A grande regulação do mercado de trabalho e as diferenças regionais e tecnológicas entre os trabalhadores fazem com que a mobilidade de mão de obra na região seja muito baixa. Além disso, conflitos de interesses entre países¹⁷ acabam resultando na criação de barreiras, prejudicando as relações comerciais e afastando ainda mais a possibilidade de instalação de uma área de livre comércio completa na região.

Voltando às condições propostas por Giambiagi, a questão que tange a regulação das taxas de câmbio ainda está longe dos critérios de convergência. A Argentina, após adotar na década de 1990 um sistema de *currency board*, desde 2002 adota um sistema de flutuação administrativa do câmbio, com intervenção do Governo através de compras de moeda

¹⁷ Por exemplo, os recentes conflitos entre Brasil e Argentina sobre importação de veículos.

estrangeira, quando necessário. A Bolívia e o Uruguai mantinham regimes de *crawling peg*, flutuando o boliviano e o peso, respectivamente, conforme o objetivo do Governo. Em setembro de 2008, o governo boliviano, a fim de proteger sua economia frente à crise internacional, adotou uma política de câmbio fixo que se mantém até hoje. O Uruguai adotou, a partir de julho de 2002, uma política de câmbio flutuante com intervenções do Banco Central do Uruguai para a manutenção do peso em um patamar aceitável. O Brasil vem adotando, desde 1999, um regime de câmbio flexível com soberania do Banco Central do Brasil para realizar intervenções na economia na tentativa de manter o câmbio estável. Chile, Colômbia, Peru e Paraguai também possuem câmbio flutuante, com intervenções dos respectivos bancos centrais no mercado cambial para controlar as variações das moedas nacionais. O Banco Central do Chile mantém uma política pouco intervencionista, deixando o mercado cambial mais livre, intervindo apenas em momentos emergenciais. Por outro lado, o Banco Central do Paraguai praticou nos últimos anos uma desvalorização administrativa da sua moeda, mas recentemente reduziu suas intervenções. O Equador possui um sistema de *currency board* com sua economia dolarizada. A Venezuela estabeleceu em 2003 uma política de câmbio fixo com forte controle, por parte do Banco Central da Venezuela, sobre o câmbio. Devido ao excesso de dólares na economia, em janeiro de 2010 foi adotado um regime de câmbio duplo, com duas taxas de câmbio, variando de acordo com o tipo de transação comercial. Mesmo assim, a pressão do dólar sobre o bolívar forte permaneceu, forçando o referido Banco a realizar operações de compra e venda de títulos em moeda estrangeira para manter o câmbio, ação que não obteve a resposta desejada. Em junho de 2010, foi criado o novo *Sistema de Transacciones con Títulos en Moneda Extranjera* (SITME), responsável pela restrição das operações com títulos em dólar, a fim de reduzir a pressão sobre o bolívar.

Apesar da maioria dos países apresentarem regimes cambiais mais próximos do flutuante, as características divergem. Enquanto Argentina, Chile, Colômbia, Peru e Uruguai adotam um sistema flutuante, com intervenções esporádicas das entidades monetárias, Brasil e Paraguai adotam regimes flutuantes, porém monitorados; o Brasil para manter o valor estável do câmbio e o Paraguai para desvalorizar sua moeda. Bolívia e Venezuela adotam câmbios fixos; o segundo conta ainda com taxas de câmbio variadas de acordo com o segmento da economia. O Equador possui sua economia dolarizada. Enfim, podemos notar que esses países estão muito distantes de uma convergência cambial, condição determinante para uma coordenação macroeconômica e, futuramente, uma união monetária na região.

Em se tratando de taxas anuais de inflação, desde 2004 a média dos países da Unasul tem girado entre 6,0 e 7,0%¹⁸, mas apenas Bolívia, Chile, Colômbia e Peru têm conseguido atender ao critério estipulado. A Argentina enfrentava um cenário positivo até o colapso do Plano de Conversibilidade no final de 2001 e desde então enfrenta problemas para controlar a sua inflação. O Brasil vem enfrentando problemas para alcançar a meta estipulada pelo Banco Central, mesmo com políticas para o controle da inflação, como os recentes aumentos da taxa básica de juros. Paraguai e Uruguai vêm conseguindo reduzir gradualmente suas taxas de inflação. A Venezuela, como se pode observar na Tabela 5, é o foco de maior atenção e preocupação. Com uma taxa de juros beirando os 30%, o país precisará de políticas de controle para reduzir esse valor.

Em geral é possível notar uma tímida convergência nas taxas de juros dos países da Unasul. Embora esses países ainda precisem dispor de grandes esforços para a redução e manutenção das taxas de inflação, o critério de 3,0% de tolerância máxima para a inflação de cada país para a Unasul é muito ambicioso, quando se leva em consideração o passado de alta inflação dos países da região¹⁹.

Tabela 5 – Taxa de Inflação Anual - Índice Geral de Preços ao Consumidor

Países	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Argentina	(1,07)	25,87	13,44	4,42	9,64	10,90	8,83	8,58	6,27	9,58
Bolívia	1,60	0,92	3,34	4,44	5,40	4,28	8,70	14,01	3,34	2,03
Brasil	6,84	8,45	14,71	6,60	6,87	4,18	3,64	5,68	4,89	4,79
Chile	3,57	2,49	2,81	1,05	3,06	3,39	4,41	8,72	1,48	1,31
Colômbia	7,97	6,35	7,14	5,90	5,05	4,30	5,54	7,00	4,20	2,18
Equador	37,68	12,48	7,93	2,79	2,12	3,30	2,28	8,40	5,16	3,43
Paraguai	7,28	10,50	14,22	4,33	6,79	9,59	8,13	10,13	2,62	4,27
Peru	1,98	0,19	2,26	3,66	1,62	2,00	1,78	5,79	2,94	1,47
Uruguai	4,37	13,97	19,38	9,16	4,70	6,40	8,11	7,87	7,06	6,43
Venezuela	12,53	22,43	31,09	21,75	15,96	13,66	18,70	31,45	28,58	27,92

Valores em percentual (%).

Fonte: Cepal 2010, disponível em www.cepal.org.

Em relação ao déficit fiscal dos países da Unasul, conforme podemos observar abaixo na Tabela 6, a situação é um pouco mais confortável. Argentina, Brasil e Colômbia apresentam superávits em todo o período, mas uma queda em 2009, provavelmente resultado da crise mundial. O Chile e Equador também apresentavam superávits em todo o período, mas

¹⁸ A exceção foi em 2008, graças à crise mundial em outubro desse ano.

¹⁹ Adaptação para a Unasul da citação original de Ferrari Filho e Paula (2006, p. 140), por se tratar da mesma região.

em 2009 a tendência se inverteu, chegando a ultrapassar o déficit de 3,0% do PIB. Bolívia e Paraguai inicialmente apresentavam déficits fiscais, quando conseguiram revertê-lo e chegaram a um superávit de, respectivamente, 6,27% do PIB em 2006 e 5,01% do PIB em 2008.

Tabela 6 – Déficit-Superávit Público²⁰/PIB

Países	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Argentina	1,01	0,57	0,72	2,31	3,88	3,70	3,54	3,17	3,15	1,44
Bolívia	-1,93	-4,71	-6,74	-5,26	-2,90	0,41	6,27	3,04	4,10	1,70
Brasil	2,65	2,52	2,28	3,36	3,81	3,91	3,09	3,17	3,38	2,01
Chile	0,56	0,66	-0,07	0,72	3,04	5,41	8,38	9,40	5,74	-3,95
Colômbia	0,27	0,54	0,78	1,77	3,18	2,89	3,46	3,44	3,62	0,99
Equador	7,96	5,06	4,14	4,02	4,53	2,90	5,42	4,02	0,48	-3,84
Paraguai	-5,18	-0,27	-2,88	0,47	3,80	2,52	1,90	2,50	5,01	n.a.
Peru	-0,76	-0,41	-0,05	0,48	0,99	1,62	4,06	4,90	3,68	-0,60
Uruguai	-1,07	-0,96	0,21	3,07	3,75	3,70	3,30	3,11	0,96	0,63
Venezuela	7,53	-1,20	3,73	5,38	6,23	7,07	0,48	-1,21	-2,04	-7,29

Valores em percentual (%).

Fonte: Inter-American Development Bank, disponível em www.iadb.org.

Uruguai e Peru apresentavam déficits no começo do período, mas a partir de 2002 conseguiram reverter os saldos. A grande preocupação é a Venezuela, que apresentava variação entre déficits e superávits ao longo do período, mas recentemente tem apresentado quedas, chegando a um déficit de 7,29% do PIB em 2009.

Analisando a relação dívida pública/PIB, é possível notar certo grau de convergência nesse ponto, mas ainda necessita de uma maior atenção das autoridades nacionais. De acordo com os dados da Tabela 7, Argentina e Uruguai apresentaram altas dívidas entre 2002 e 2004, mas essa relação vem apresentando uma tendência decrescente, embora os valores ainda estejam acima do valor de referência de 40,0% do PIB. Bolívia e Equador apresentavam relações superiores à estabelecida, mas as dívidas foram sendo reduzidas e nos últimos anos a relação permanece abaixo da aceitável.

Colômbia, Paraguai e Peru apresentavam inicialmente relações abaixo do referido valor, mas entre 2001 e 2003 sofreram com um aumento dessas relações; desde então, apresentam valores abaixo do valor de referência. Brasil, Chile e Venezuela se encontram em situação mais confortável. Os dois primeiros apresentam relação abaixo do valor de referência de 40,0% do PIB durante todo o período, tendo o Brasil mantido uma estabilidade e o Chile

²⁰ Inclui administração nacional e empresas e entidades públicas.

apresentado uma queda nos valores nos últimos anos. O terceiro apresenta uma alta acima do valor estipulado em 2002, mas conseguiu controlar a relação e atualmente encontra valores decrescentes abaixo do valor de referência.

Tabela 7 – Dívida Pública/PIB²¹

Países	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Argentina	45,00	53,70	145,90	138,20	126,50	72,80	63,60	55,70	48,50	48,50
Bolívia	60,80	72,70	77,40	86,70	81,10	75,40	49,60	37,10	34,00	36,30
Brasil	29,20	32,20	38,30	34,40	31,40	30,70	28,80	29,00	29,80	30,70
Chile	13,60	14,90	15,70	13,00	10,70	7,30	5,30	4,10	5,20	6,10
Colômbia	30,80	36,70	41,60	42,40	38,90	39,10	37,40	32,90	33,50	35,00
Equador	71,70	56,80	50,70	46,20	40,80	36,10	29,50	27,70	22,90	17,40
Paraguai	32,60	41,10	59,20	44,40	38,00	31,40	23,80	16,90	14,50	15,70
Peru	36,40	34,50	43,20	43,40	40,10	36,90	30,10	26,20	24,10	23,40
Uruguai	31,10	40,80	96,20	91,90	72,70	65,40	57,80	48,90	47,70	43,30
Venezuela	27,35	30,04	36,68	47,71	38,12	32,68	23,83	19,48	14,18	18,39

Valores em percentual (%).

Fonte: elaboração própria com base nos dados da Cepal 2010, disponível em www.cepal.org, e Inter-American Development Bank, disponível em www.iadb.org.

Por fim, analisando os dados da Tabela 8 referente aos desequilíbrios externos dos países da Unasul, é possível notar uma grande divergência entre a relação transações correntes/PIB. A Argentina, de 2000 a 2003, apresentou valores negativos e a partir de 2004 passou a valores positivos e acima dos 3,0% permitidos; atualmente ela está no limite aceitável. Chile e Equador apresentam um histórico de déficit em transações correntes até meados da década de 2000 e atualmente possuem superávits, mas acima do limite estabelecido.

Colômbia e Uruguai apresentaram, ao longo do período estudado, um predominante déficit em transações correntes. Entre eles, o primeiro necessita de maiores atenções, pois atualmente encontra-se com um preocupante déficit crescente. Brasil, Paraguai e Peru apresentaram déficits até meados do período estudado, tendo atualmente um superávit em transações correntes e uma relação com o PIB abaixo dos 3,0% estabelecido. A Bolívia é o país com maiores discrepâncias no período analisado: inicialmente apresentou déficits de 7,8% do PIB e atualmente possui um superávit de 12,1%. Por último, a Venezuela, conhecido exportador de petróleo, possui um histórico predominantemente superavitário, chegando a 14,4% do PIB em 2005; atualmente mantém o superávit acima do máximo estabelecido.

²¹ Total da Dívida Pública, incluindo dívida interna e externa.

Tabela 8 – Transações Correntes/PIB

Países	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Argentina	- 4,8	- 4,2	- 3,2	- 1,4	8,6	6,3	2,1	2,9	3,6	2,8
Bolívia	- 7,8	- 5,9	- 5,3	- 3,4	- 4,5	1,0	3,8	6,5	11,5	12,1
Brasil	- 4,0	- 4,3	- 3,8	- 4,2	- 1,5	0,8	1,8	1,6	1,3	0,1
Chile	- 4,9	0,1	- 1,2	- 1,6	- 0,9	- 1,1	2,2	1,2	4,9	4,5
Colômbia	- 4,1	0,6	0,8	- 1,1	- 1,3	- 1,0	- 0,8	- 1,3	- 1,8	- 2,9
Equador	- 9,0	5,4	5,7	- 3,1	- 5,1	- 1,5	- 1,7	0,9	3,9	3,5
Paraguai	- 2,0	- 2,3	- 2,3	- 4,1	1,8	2,3	2,1	0,2	1,4	1,5
Peru	- 5,9	- 2,7	- 2,9	- 2,2	- 2,0	- 1,5	n.a.	1,4	3,1	1,3
Uruguai	- 2,1	- 2,4	- 2,7	- 2,6	3,0	- 0,8	n.a.	0,2	- 2,0	- 0,9
Venezuela	- 4,9	2,2	10,3	1,6	8,3	14,4	14,1	17,8	14,7	8,1

Valores em percentual (%).

Fonte: Cepal 2010, disponível em www.cepal.org.

Apesar dos países apresentarem divergências nos desequilíbrios externos, as condições apresentadas por eles melhoraram muito nos últimos anos. Em 2000, todos os países da Unasul tinham déficits em transações correntes e oito deles apresentavam uma relação com o PIB superior à estabelecida por Giambiagi; atualmente, apenas quatro países apresentam relações acima da referência.

As análises aqui apresentadas conduzem à conclusão de que a tentativa de criar uma união monetária na região da Unasul é controversa. O comércio regional, apesar de ter aumentado nos últimos anos, ainda é muito baixo. Os mercados dos países da região não estão unificados a ponto de tornar-se uma área monetária ótima. Apesar de algumas variáveis macroeconômicas apresentarem indícios de convergência, no geral, ainda não são satisfatórias. Assim, é possível concluir que, atualmente, os países da Unasul não satisfazem as condições para adoção de moeda única na região.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo centrou-se na verificação de condições favoráveis para a adoção de uma moeda única na Unasul. Todavia, para tal análise foi preciso verificar as posições políticas e econômicas dos países da região e suas motivações a integrar-se. As diversas propostas de integração presentes na história da América Latina mostram que os países da região estão cientes da importância da cooperação política e econômica para o seu desenvolvimento e, por consequência, da região. As vantagens dos países em ingressar em uma união monetária são atrativas, mas é preciso levar em consideração as restrições políticas as quais estariam expostos.

Analisando os principais blocos formados na região, CAN e Mercosul, é possível observar que as organizações passaram por grandes dificuldades nos últimos anos, principalmente fruto das grandes diferenças apresentadas pelos países da região. Outro fator determinante para o insucesso das propostas de integração são as motivações políticas de determinados países, que não cogitam abrir mão de políticas e acordos em benefício do bloco a qual pertencem. De acordo com Schmied (2007, pp. 3-4)

não existe uma só América Latina, senão várias. A diversidade entre os países varia no tamanho, estrutura econômica, níveis de desenvolvimento, institucionalidade pública, visões políticas, formas de inserção no mundo globalizado, e inclusive formas diferentes de entender os processos de integração.

A Unasul surgiu como uma proposta inovadora de integração regional. Primeiramente, na questão de abrangência, visto que foi a primeira a englobar todos os doze países da América do Sul. Em um segundo momento, na proposta de integração, voltada para questões sociais, de infraestrutura e econômicas. Amparadas em instituições pré-existentes, como a IIRSA, a Unasul tem como objetivo a integração física da América do Sul, facilitando o

transito de bens e pessoas na região, diminuindo assim os custos das empresas locais, tornando-as mais competitivas frente às concorrentes internacionais.

Outro campo de atuação da Unasul, o mais inovador, é como instituição pacificadora da região. Recentes conflitos mostram que CAN e Mercosul não têm conseguido exercer essa função, forçando os Estados-Membros a procurarem soluções em órgãos internacionais. A Unasul, a partir da criação de instituições, prevê uma forte atuação na diplomacia regional, com o objetivo de manter a ordem interna do bloco e evitar que instituições internacionais estejam presentes nas decisões da região. Assim, é possível perceber que as instituições da Unasul possuem uma clara tendência a regionalizar as atividades antes coordenadas por órgão internacionais (DREGER, 2009).

Contudo, o grau de integração da região ainda é incipiente. A análise dos dados nos leva à conclusão de que ainda há muito trabalho a ser realizado na região. O baixo comércio regional e as divergências apresentadas pelos agregados macroeconômicos dos países da região nos últimos anos deixam claro que a região ainda é muito pouco integrada. O grau de abertura das economias também apresenta divergências, indicando países ainda com a sua economia muito voltada para o consumo interno.

Além disso, algumas políticas, tanto fiscais, quanto monetárias e cambiais, praticadas pelos governos locais nos levam a duvidar as intenções de integração desses países, já que muitas dessas medidas vão de encontro às teorias apresentadas nesse trabalho. As divergências dessas medidas mostram-se determinantes para o afastamento da possibilidade de integração regional.

Conclui-se, então, que de acordo com as Teorias das Áreas Monetárias Ótimas e da metodologia utilizada na presente análise, os países integrantes da Unasul não possuem condições para a adoção de uma moeda única na região atualmente. Apesar dos avanços apresentados na seção 5 desse estudo, o grau de integração dos países ainda é muito baixo para levar a uma decisão de tamanha importância.

A Unasul possui plenas condições de tornar-se um órgão atuante no campo da integração política da América do Sul, mas a integração monetária da região ainda está longe de ser alcançada. A evolução apresentada neste trabalho e os esforços da Unasul em buscar, nos últimos, a integração regional, permitindo a adaptação gradual dos países às políticas adotadas pela organização, nos deixam esperançosos em relação ao futuro do bloco. Apesar disso, os recentes problemas enfrentados pela União Europeia nos levam a questionar se uma

integração monetária no médio ou longo prazo seria benéfica para a região. Antes de considerar tal modelo, a Unasul precisa aprimorar sua integração política e econômica, utilizando as instituições existentes com o objetivo de criar uma base sólida para essa integração, para depois voltar, se esse for o objetivo efetivo dos países-membros, sua atenção para uma possível moeda única na região. Nesse particular, deixemos claro que nossa visão de que a integração monetária na América do Sul tende a gerar mais problemas do que solução, principalmente pelo fato de que ela não resolve questões econômicas que são recorrentes aos países da Região, quais sejam: desequilíbrios crônicos de balanço de pagamentos e crises cambiais, desequilíbrios fiscais, crescimento econômico *à la stop-and-go* etc.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, A. M.; MOLLO, M. de L. R. Ortodoxia e heterodoxia na discussão sobre integração regional: a origem do pensamento da CEPAL e seus desenvolvimentos posteriores. **Estudos Econômicos**. v.34, n.1, jan-mar/2004, pp. 127-66.

BALASSA, B, **Teoria da integração econômica**, Lisboa: Clássica, 1961. 456 p.

BRAGA, M, B, **Integração econômica regional na América Latina: uma interpretação das contribuições da Cepal**. In: Cadernos Prolam/USP, ano 1, vol. 1, 2002, p. 9-30.

CEPAL (1959). A Significação do Mercado Comum no Desenvolvimento Econômico da América Latina. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.). **Cinqüenta Anos de Pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000. 488 p.

_____. (1994). O regionalismo aberto na América Latina e no Caribe: a integração econômica a serviço da transformação produtiva com equidade. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.). **Cinqüenta Anos de Pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000. 488 p.

CEPIK, M. Segurança regional e integração na América do Sul. In: _____ (Org.). **Segurança internacional: práticas, conceitos, tendências**. 1. ed, São Paulo: Hucitec, 2010. pp. 60-95.

DATHEIN, R. Problemas e Perspectivas da Integração Regional. **Indicadores Econômicos FEE**. Porto Alegre: v. 20, n. 3, 1992. pp. 126-130.

_____. Integração econômica na América Latina: *second best* ou estratégia regional de desenvolvimento?. In: **XII Encontro Nacional de Economia Política**. 2007, São Paulo: Anais do XII Encontro Nacional de Economia Política, 2007.

DEOS, S.; WEGNER, R. Da integração comercial e regionalismo aberto à cooperação financeira e regional pós-liberal: o caso do Mercosul. **XIV Encontro Nacional de Economia Política**. São Paulo: junho 2009.

DREGER, F. B. **Integração na América do Sul : Unasul e o conselho de defesa sul-americano**. 2009. 102f. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, Porto Alegre, 2009.

FARIA, L. A. E.; COUTINHO, C. R. Comércio e Integração na América do Sul. In: **XV Encontro Nacional de Economia**. 2010, São Luís: América Latina e Brasil na nova configuração do capitalismo, 2010.

FERRARI FILHO, F.; PAULA, L. F. União monetária no Mercosul: uma avaliação crítica. In: GONZAGA, F.; CROCCO, M. (Org.). **Moeda e território: uma interpretação da dinâmica regional brasileira**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, pp. 133-144.

FRANKEL, J. **Regional Trading Blocs: in the world economic system**. Washington DC: Institute for International Economics, 1997. 373 p.

GIAMBIAGI, F. **Mercosur: why does Monetary Union make sense in the long run?** Ensaio BNDES, Rio de Janeiro, 12, dezembro 1999. pp. 3-36.

JÁCOME, F. **Regional responsibilities: the role of Unasur**. Bruxelas, 2009. Disponível em: <http://www.seguridadregional-fes.org/upload/4977-001_g.pdf> Último acesso: 18/06/11.

KENEN, P, R.; The optimum currency area: an eclectic view. In: MULDELL, R. A.; SWOBODA, A. K. **Monetary Problems of the International Economy**. Chicago, EUA: University of Chicago Press, 1969. pp. 41-60.

KRUGMAN, P, R; OBSTFELD, M, **Economia internacional: teoria e política**. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2005. 558 p.

MAIA, JAYME DE MARIZ, **Economia internacional e comércio exterior**. 13. Ed. São Paulo: Atlas, 2010. 483 p.

MERCOSUL, **Tratado de Assunção**, Assunção, 1991.

MCKINNON, R. I. Optimum Currency Areas. **American Economic Review**. n. 53, setembro 1963. pp. 717-724.

MUNDELL, R. The theory of optimum currency areas. **American Economic Review**. v. 51, n. 4, 1961, pp. 509-517.

SARRIERA, J. M., **Convergência monetária no Mercosul: é possível adotar uma moeda única?**. 2007. 99f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, Porto Alegre, 2007.

SCHMIED, J. **Cenários da integração regional: os desafios da União de Nações Sul-americanas (Unasul): o novo caminho da integração na América do Sul**. 2007. Disponível em: <http://www.adenauer.org.br/livros/caderno/01_07schmied.pdf> Último acesso em: 16/06/11.

SIEBENEICHLER, P. B. **O Brasil no cenário sul-americano de defesa e segurança no início do século XXI**. 2009. 64 f. Dissertação (Graduação em Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, Porto Alegre, 2009.

UNASUL. **Declaração de Cusco sobre a Comunidade Sul-Americana de Nações**. Cusco, 8 de Dezembro de 2004, Disponível em: <http://www.comunidadandina.org/documentos/dec_int/cusco_sudamerica.htm> Último acesso: 23/11/10

_____. **Tratado Constitutivo da Unasul**. Brasília, 2008a. Disponível em: <http://www.comunidadandina.org/unasur/tratado_constitutivo.htm> Último acesso em: 07/06/11.

_____. **Declaração de la Moneda**. Santiago, 2008b. Disponível em: <http://www.comunidadandina.org/unasur/15-9-08com_bolivia.htm> Último acesso em: 18/06/11.

_____. **Declaração Presidencial de Quito**. Quito, 10 de agosto de 2009a. Disponível em: <http://www.comunidadandina.org/unasur/10-8-09Dec_quito.htm> Último acesso: 07/06/11.

_____. **Decisão de Bariloche**. Bariloche, 28 de agosto de 2009b. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/unasul/bariloche>> Último acesso: 19/06/11.

VALDÉZ, R. A. **Unasur: desde la perspectiva subregional a la regional**. FLACSO. 2009. Disponível em: <[http://www.comunidadandina.org/unasur/unasur_rodrigo_alvarez\(flacso\).pdf](http://www.comunidadandina.org/unasur/unasur_rodrigo_alvarez(flacso).pdf)> Último acesso em: 07/06/11.

VENTURA, D. F. L.; BARALDI, C. A. Unasul e a nova gramática da integração sul-americana. **Pontes: entre o comércio e o desenvolvimento sustentável**. v. 4, n. 3. 2008. pp. 14-16.

WIESEBRON, M. Introdução: a aceleração dos processos de integração e tratados de livre comércio desde 1989. In: _____; GRIFFITHS, R. (Org.). **Processos de integração regional e cooperação intercontinental desde 1989**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. pp. 13-35.

ANEXOS

Anexo I – Cronologia da Unasul

